



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG
Campus de Pau dos Ferros
Departamento de Letras Vernáculas - DLV
Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS
Unidade Pau dos Ferros
Br 405, Km 153, Bairro Arizona, CEP 59900-000, Pau dos Ferros/RN
Fone (84) 3351 2560/ Fax 3351 3909/ E-mail profletras.pferros@gmail.com/ Site propeg.uern.br/profletras



MARA RÚBIA PEREIRA DOS SANTOS

**ARGUMENTAÇÃO E ASPECTOS DA CULTURA RELIGIOSA NO
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: TESES E VALORES EM
PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO 9º ANO.**

PAU DOS FERROS

2016

MARA RÚBIA PEREIRA DOS SANTOS

**ARGUMENTAÇÃO E ASPECTOS DA CULTURA RELIGIOSA NO
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: TESES E VALORES EM
PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO 9º ANO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras, oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* Avançado “Profª: Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM, Pau dos Ferros, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguagem e Letramento

Orientador: Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza

PAU DOS FERROS
2016

Ficha catalográfica gerada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas
e Diretoria de Informatização (DINF) - UERN,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237a SANTOS, Mara Rúbia Pereiras dos.
ARGUMENTAÇÃO E ASPECTOS DA CULTURA RELIGIOSA NO
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: TESES E VALORES EM
PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO 9º ANO. / Mara Rúbia
Pereiras dos SANTOS - 2016.
101 p.

Orientador: Gilton Sampaio de Souza.
Coorientadora: .
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte, ProfLetras, 2016.

1. Ensino de Língua Portuguesa. 2. Argumentação. 3. Artigo de opinião.
I. Souza, Gilton Sampaio de , orient. II. Título.

Mara Rúbia Pereira dos Santos

**ARGUMENTAÇÃO E ASPECTOS DA CULTURA RELIGIOSA NO
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: TESES E VALORES EM
PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ALUNOS DO 9º ANO.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Orientador

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva
Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA
Examinador Externo

Profa. Dra. Débora Maria do Nascimento
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Examinador Interno

Profa. Dra. Rosângela Alves dos Santos Bernardino
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Suplente

PAU DOS FERROS
2016

AGRADECIMENTOS

Estar aqui neste momento, prestes a escrever estes agradecimentos, obriga-me a fazer um retrospecto de uma vida inteira. Esta conquista é situada no ano de 2016, mas é fruto de anos de batalhas travadas e vencidas. Assim, considerando que ninguém vence sozinho uma batalha, são necessários muitos amigos, e inimigos também, para fazerem essas batalhas e vitórias acontecerem.

Talvez o que eu vá fazer aqui, agora, quebre o protocolo da diplomacia que costuma se explicitar nestes momentos de formalidade, mas como não sou muito apegada a padrões pré-estabelecidos, quero agradecer primeiramente (primeiro, na ordem de agradecimento, mas não na ordem de importância) a TODOS aqueles que não acreditaram ou não acreditam em mim, vocês são minha melhor motivação para lutar sempre. Além de serem minha motivação, julgo-os como sendo necessários à minha formação, ninguém vive só de aplausos. As críticas por mais críticas que sejam sempre nos fazem refletir sobre nossas vidas e talvez mudar. Enfim, MUITO OBRIGADA! A vocês, dedico mais essa conquista.

Agora sim vamos para o primeiro agradecimento, na ordem de importância.

A minha mãe, pelo incentivo, pelos cuidados dedicados ao meu pequeno e a minha casa, durante minhas ausências, não é nada fácil ser mulher no século XXI, ter que se desdobrar em 1000 para dar conta de ser mãe, profissional, estudante, esposa, dona de casa e filha. Obrigada por entender minhas ausências e por fazer o máximo para estar sempre presente. Obrigada ainda pelas orações dedicadas a mim, pelo “Vá com Deus” que antecedia as viagens a Pau dos Ferros.

Ao meu pai, pelo exemplo de vida, de homem, de ser humano. Orgulho-me profundamente de ter um pai redeiro, que embora estivesse ausente fisicamente, por causa do trabalho, estava presente em ligações e pensamentos positivos. E ainda que quando está presente, é presente de verdade. Um muito obrigada, bem especial da “sua menina”.

A minha irmã Maria do Carmo, tão pronta pra ajudar sempre, mesmo que contra vontade. “Peça logo, Mara”, “Agora aí pede, homi!”, “O que é que você quer dessa vez?”

(kkkkkkkkkk) Mas eu sei que no final das contas você faz por amor. Que apesar de tudo nosso amor é infinitamente maior que qualquer outra coisa. Sou por você e você é por mim independente de qualquer outra coisa. Obrigada também por ajudar na criação e educação do meu pequeno. Sem você para botar um pouquinho de ordem a vovó desmantela um pouco a criação dele, coisas de avó, né?! Obrigada, Cabim! Você é linda!

A Éverton, pela paciência de ver esse metrado chegar ao fim, por entender as ausências, os enjoos e estresses. Por cuidar do nosso filho e educá-lo da melhor forma possível, procurando sempre torná-lo um homem de bem. Muito obrigada.

A Enzo, meu pequeno, que apesar de tão pequeno nos ensina tanto quanto aprende conosco. Você é a maior bênção da minha vida, desde que você nasceu, só nos trouxe Luz. É a perfeição em forma de criança. Carinhoso, amoroso... Um verdadeiro príncipe. Mamãe te ama muito muito. No comecinho do curso pensei em me sentir culpada, por estar ausente em momentos da sua infância, mas depois refleti e entendi que você, na verdade, terá muito orgulho de mim.

Ao orientador Gilton, pela ajuda, pelo incentivo, e principalmente pelos puxões de orelha. Você faz acontecer, um homem de garra e determinação, mas simples e bondoso acima de tudo. Foi maravilhoso ser sua orientanda, aprendi lições que vou levar pra vida inteira.

Aos colegas da turma II. Obrigada pelos momentos compartilhados em sala de aula. Pela troca de experiências, pelas poesias, por tentarem me fazer gostar de literatura, enfim, obrigada. Foi um prazer conhecê-los.

Aos colegas da turma III, que caíram meio que paraquedas nas nossas vidas, mas foi bom demais conhecê-los. Vocês tem uma energia boa. Foram maravilhosos. Carlene e Aldi, vocês são duas lindas e queridas.

Aos queridos professores, Socorro, Rosângela, Luciano, Marcos, Débora, Edileuza, Constatin, foram fundamentais para nossa formação, fizeram-nos refletir sobre nossa prática a partir das teorias as quais apresentaram. Sempre muito compreensivos e maleáveis conosco. Obrigada.

À coordenadora do Profletras unidade Pau dos Ferros, a professora Lúcia Sampaio, sempre nos incentivando a participar de eventos, publicar, escrever. Muitas vezes, vista, como uma figura um tanto autoritária, mas que no final sabemos reconhecer que, na verdade, o que você quer é nos ver crescer. Além de agradecer, quero desculpar-me pelas situações conflituosas. Ao secretário Edneudo, pelas orientações, pela paciência. Sempre pronto pra ajudar, tem um bom coração (apesar de ser enjoado pela manhã). Obrigada, Sr. Secretário.

À CAPES, pelo apoio financeiro, custeador e facilitador da pesquisa e da permanência no curso.

Aos colegas do grupo de orientandos: Paulo, Rosa, Sueilton, Corrinha, Marília, Lorraine, Ana Paula, Francinilda, Núbia, Carlene. Obrigada pela troca de experiências, vocês são muito eficientes.

Aos amigos especiais,

Lendl que me ajudou para que eu me situasse nesse mundo acadêmico. Companheiro de quarto, trabalhos, risadas, publicações. Desejo que todos os seus anseios se realizem. Com certeza estarei aplaudindo todas as suas conquistas. Você é especial.

Aurineide, a metamorfose ambulante do mestrado. Entrou Maria e saiu Joana D'arc. Companheira do princípio ao fim, mulher de garra e de palavra. Amiga sincera e para todas as horas. Vê se não some!

Aninha, chegou no meio da dança e já ganhou a galera. Da equipe Migasualouca, compartilhamos muitas risadas durante as idas e vindas no Maramóvel. Você é de uma leveza e encantamento extraordinários. Vê se não some! ²

A todos da Escola Municipal Arthépio Bezerra da Cunha, especialmente aos alunos, participantes e não participantes da pesquisa.

A coordenadora Eliana Oliveira, sempre disposta a ajudar, uma mulher de uma índole sem igual. Sempre uma incentivadora e reconhecadora do meu trabalho. É uma amiga especial e foi fundamental para minha formação profissional, tendo em vista que cheguei para trabalhar com ela com apenas 22 anos, sem experiência, só com o diploma e uma petulância absurda, que foi sendo destruída a partir dos seus ensinamentos e da sua paciência. Muito obrigada, Eliana.

A toda equipe da escola CEMNA, que se prontificou de toda forma para cobrir minha faltas, quando necessário. Especialmente a coordenadora Ália Eine, a competência em pessoa, que também foi uma grande incentivadora ao longo de cinco anos trabalhando juntas. Obrigada, Galega!

Enfim, quero agradecer a TODOS que direta ou indiretamente contribuíram para que isso fosse possível. São muitos os nomes e foram várias as formas de contribuição. Desde o motorista da besta Catolé-Pau dos Ferros, até o pessoal da pousada do Anízio, da receptividade dos Pauferrenses.

Muito obrigada a todos.

TRADUZIR-SE

*Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.*

*Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.*

*Uma parte de mim
pesa, pondera;
outra parte
delira.*

*Uma parte de mim
almoça e janta;
outra parte
se espanta.*

*Uma parte de mim
é permanente;
outra parte
se sabe de repente.*

*Uma parte de mim
é só vertigem;
outra parte,
linguagem.*

*Traduzir-se uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida ou morte —
será arte?*

Ferreira Gullar

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o discurso de alunos do 9º ano, a partir de artigos de opinião escritos por eles sobre uma temática de sua própria localidade, no caso o “Sumiço da santa”. A partir do texto escrito nos propomos a analisar as teses e o valores revelados, bem como a hierarquização desses valores que direcionaram os textos para pontos de vista distintos. Além disso, almejamos discutir a argumentação e o seu ensino em aulas de Língua Portuguesa. Por conseguinte, pretendemos contribuir para os estudos da argumentação em aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, articulando as teorias adotadas com a investigação de processos de argumentação no gênero textual citado. Nossas análises serão feitas à luz dos pressupostos da Nova Retórica, nos estudos de Perelman e Tyteca (2005), Abreu (2009), Souza (2003; 2008) e de algumas outras correntes teóricas que auxiliam na compreensão dos processos argumentação. Buscamos ainda fundamentação teórica em autores que estudam a inserção do processo de ensino/aprendizagem da argumentação no contexto escolar como Leal e Morais (2006), Liberali (2013), Pontecorvo (2005), entre outros. O *corpus* da pesquisa é constituído por dez artigos de opinião produzidos pelos alunos acerca de uma temática de interesse de sua própria localidade o “Sumiço da santa”. O estudo delinea-se como uma pesquisa qualitativa intervencionista em contexto escolar. Quanto à intervenção, foram desenvolvidos em sala de aula 06 “Módulos”, constituídos por 2 horas/aula cada, no quais orientamos todas as etapas do processo de escrita que culminaria com a produção dos textos. Percebemos a partir dos dados analisados que o alunos apresentam quase as mesmas teses e mobilizam os mesmos valores, no entanto, a hierarquização desses valores não é a mesma, o que faz com que os alunos defendam pontos de vista distintos.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Argumentação; Artigos de opinião

ABSTRACT

This work aims to analyze the discourse of 9th students, based on opinion articles written by them about a theme of their own locality, in the case of "Disappearance of the saint". From the written text we propose to analyze how theses and values revealed, as well as a hierarchy of values that directed the texts to different points of view. In addition, we aim to discuss the argumentation and its teaching in Portuguese Language. Therefore, the argumentation essays in classes of Portuguese Language of Elementary School, articulating as theories adopted with an investigation of processes of argumentation not cited textual genre. Our analyzes made in light of the presuppositions of the New Rhetoric, in the studies of Perelman and Tyteca (2005), Abreu (2009), Souza (2003; 2008) and other theoretical currents that help in the understanding of the argumentative processes. We propose a theoretical basis in authors who study the insertion of the teaching/learning process of the argumentation in the school context as Leal and Morais (2006), Liberali (2013), Pontecorvo (2005), among others. The corpus of the research is constituted by ten articles of opinion produced by students on a theme of interest of their own locality or "Disappearance of the saint". The study is delineated as a qualitative interventionist research in a school context. "Modules", consisting of 2 hours each, there are no guidelines for all stages of the writing process that culminate in a production of texts. We perceive from the analyzed data that the same occurred with the same values, however, a hierarchy of values is not the same, which cause the students to defend different points of view.

Key words: Teaching Portuguese Language; Argumentation; Opinion articles

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Condições de Argumentação

Figura 02: Tipos de objetos do acordo: conceitos-chave da argumentação e categorias de análise do trabalho

Figura 03: Etapas da escrita

Figura 04: Características da pesquisa qualitativa

Figura 05: As oficinas e sua relação com cada etapa de escrita.

Figura 06: Critérios para a definição da tese central

Figura 07: Hierarquização dos valores revelados em T3, T4 e T5

Figura 08: Hierarquização dos valores revelados em T1, T2, T6, T7, T8, T9, T10

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 Títulos dos artigos

Quadro 2 As teses defendidas nos artigos

Quadro 3 Os valores reveladas nos artigos

Quadro 4 Os textos dos alunos e os diferentes pontos de vista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Os pontos de vista defendidos nos artigos de opinião

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 O QUE PRETENDEMOS COM ESTA PESQUISA?	17
1.2 A JUSTIFICATIVA	18
1.3 O ESTADO DA ARTE	20
1.4 A ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2 NOVA RETÓRICA: CONCEITOS BÁSICOS PARA A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	23
2.1 DE ARISTÓTELES À NOVA RETÓRICA: UM PERCURSO HISTÓRICO	23
2.2 A NOVA RETÓRICA E A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	25
2.2.1 As teses	26
2.2.2 O acordo prévio	28
2.2.2.1 Os valores	30
2.2.2.2 As hierarquias de valor	32
3 SALA DE AULA E ARGUMENTAÇÃO: UM ENCONTRO POSSÍVEL	34
3.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE	35
3.2 OS GÊNEROS TEXTUAIS E O CONTEXTO ESCOLAR	37
3.3 PRODUÇÃO TEXTUAL NA SALA DE AULA: QUE CAMINHO SEGUIR?	39
4 A INTERVENÇÃO E A PESQUISA EM SALA DE AULA: ASPECTOS METODOLÓGICOS ...	46
4.1 QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA: ABORDAGEM, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	46
4.2 O UNIVERSO DE ESTUDO: A ESCOLA E OS SUJEITOS	48
4.3 A INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA: DO PLANEJAMENTO À CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	51
4.3.1 O planejamento da intervenção em sala de aula	52
4.3.1.1 Por que o “sumiço da santa”?	54
4.3.1.2 Por que um artigo de opinião?	56
4.3.2 A intervenção.	57
4.3.2.1 Oficina 01: Por dentro da Pesquisa	57
4.3.2.2 Oficina 02: Pesquisar para escrever	58
4.3.2.3 Oficina 03: Por dentro do gênero artigo de opinião	59
4.3.2.4 Oficina 04: Argumentar é preciso: conceitos básicos da argumentação	60
4.3.2.5 Oficina 05: Do blog ao artigo, a escrita em ação	60
4.3.2.6 Oficina 06: Passar a limpo para o “Passando a limpo”	61
4.4 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	62
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DO CORPUS	63

5 TESES E VALORES EM ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE O SUMIÇO DA SANTA	65
5.1 UM OLHAR GERAL SOBRE OS DADOS.	65
5.2 ESPECIFICANDO AS ANÁLISES	69
5.2.1 Hierarquia de valores pela justiça e retorno da santa.	69
5.2.2 Hierarquia de valores pela justiça.	73
5.3 REFLEXÕES SOBRE A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA ..	79
6 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	90
ANEXOS	92

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, faremos uma síntese de todos os passos realizados nesta pesquisa, bem como justificaremos a escolha de nosso objeto de estudo, as questões que nos levaram a essa temática, e o estado da arte. Ainda explicitaremos os objetivos a serem alcançados com este trabalho.

1.1 O que pretendemos com esta pesquisa?

A argumentação tem suscitado o interesse de estudos à luz de diferentes perspectivas teóricas: Retórica, Pragmática, Semântica, Lógica, dentre outros. Neste estudo, adotamos os pressupostos da Retórica, da Linguística Aplicada e dos gêneros textuais/do discurso com o propósito de analisar a argumentação presente no discurso de alunos do 9º anos do Ensino Fundamental, a partir da análise de textos escritos por eles. Para tanto, analisaremos a mobilização de valores, sua hierarquização e sua articulação para a defesa da tese principal. Além disso, é do nosso interesse analisar de que forma a inserção de uma temática da realidade local contribui para o envolvimento do aluno com vistas a melhorar a produção textual escrita.

Destacamos, ainda, que este estudo é resultado de uma atividade interventiva realizada em uma escola pública na qual atuamos como professores. O interesse por estudar essa temática advém de observações feitas ao longo de cinco anos atuando como professores de Língua Portuguesa em turmas dessa escola, assim, observamos desinteresse e desmotivação dos alunos quanto às propostas de produção textual sugeridas pelos livros didáticos, tendo em vista que a maioria destas se distancia da realidade dos alunos. Além disso, direcionamos nossa ação interventiva com o propósito de mediar o processo de ensino e aprendizagem de produção textual objetivando desenvolver competências e habilidades baseando-se numa proposta interacionista de escrita.

No sentido de contextualizar a produção dos textos, os alunos foram direcionados a pesquisar um fato histórico que ocorreu no município e que gerou opiniões divergentes. Assim sendo, chegamos à temática do “Sumiço da Santa”. Vale salientar que os alunos não vivenciaram esse acontecimento, tendo em vista que ele ocorreu no ano de 1974 quando os alunos ainda não eram nem nascidos. Todavia, esse assunto faz parte da memória dos mais velhos e conseqüentemente dos momentos de conversas informais pelas calçadas da cidade,

levantada sempre por duas perspectivas: uma que se conforma com o desaparecimento da imagem por já ter outra no lugar e outra que deseja ver esse o caso solucionado e a antiga santa de volta ao seu lugar de origem. Dessa forma, é necessário que os alunos tenham a capacidade de se posicionarem criticamente diante dos fatos narrados pelos conterrâneos.

Essa temática de cunho religioso nos remete aos valores usados pelos alunos na construção do artigo de opinião. Nesse sentido, nosso objetivo central nesta pesquisa é o de analisar esses valores e suas hierarquias subjacentes nos artigos de opinião, além da articulação desses valores com a tese principal, na produção textual de alunos do Ensino Fundamental. Outrossim, como desdobramento, pretendemos: (i) identificar e descrever a tese principal de cada artigo de opinião, (ii) verificar os valores mobilizados pelos oradores e de que forma se dá a hierarquização desses valores, e por fim (iii) discutir a argumentação e o seu ensino em aulas de língua portuguesa. Por conseguinte, almejamos contribuir para os estudos da argumentação em aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental, articulando as teorias adotadas com a investigação de processos de argumentação de artigo de opinião.

1.2 A JUSTIFICATIVA

Nosso estudo se justifica pela tentativa de fazer com que o processo ensino-aprendizagem de língua seja centrado numa prática de ensino sócio-interacionista, tendo em vista que essa prática, mesmo sendo tão discutida nas universidades, não é posta em prática quando os estudantes adentram na sala de aula como profissionais, observa-se que essas teorias não dominam suas práticas pedagógicas. Sobre isso, Antunes (2003), ao fazer uma análise das aulas de Língua Portuguesa, afirma que o desenvolvimento do ensino de língua materna desde o Ensino Fundamental aponta a persistência de uma prática voltada para o estudo da palavra e da frase descontextualizadas. E como participante desse cotidiano escolar em turmas de ensino fundamental, somos testemunhas de tais fatos, razão pela qual defendemos uma prática que assuma a dimensão social da língua e direcione ao ensino produtivo.

Destacamos ainda que as diretrizes nacionais que regem a educação no país também apontam para o ensino de língua materna numa perspectiva sócio-interacionista. A exemplo disso, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino

fundamental¹ e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)² os quais determinam que os conteúdos de língua portuguesa sejam articulados em dois eixos: o uso da língua oral e escrita e a reflexão desse uso através de atividades interativas. Para tanto, propõem uma abordagem textual em várias dimensões: linguística, sócio-pragmática e discursiva. Essa dimensão de texto vai além da tríada clássica tão abordada pelos professores há várias décadas: narração, descrição e dissertação. As orientações nacionais destacam a importância do trabalho em sala de aula com gêneros discursivos e com sequências textuais (narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal, descritiva) para possibilitar a ampliação do repertório dos alunos e prepará-los para se sobressaírem nas mais diversas situações de comunicação.

Além disso, as avaliações criadas para verificar o desenvolvimento da educação básica a partir das novas políticas educacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – (SAEB)³ também contemplam um conjunto de habilidades e competências que exigem uma preparação dos alunos para analisar e utilizar em sua prática cotidiana textos de diferentes tipos e funções.

Ainda cabe justificar nossa pesquisa levando em consideração a proposta do Mestrado Profissionalizante em Letras (Profletras) no tocante a melhorias na qualidade do ensino, especialmente no que se refere às habilidades de leitura e de escrita dos alunos do nível fundamental. Nesse sentido, nossa função como professores-pesquisadores é levar em consideração as experiências as quais vivenciamos em sala de aula para contribuir com a realização desse estudo. Minha experiência como professora de Língua Portuguesa revelou que a produção textual descontextualizada da realidade do aluno, como propõem os livros didáticos em geral, torna esse processo pouco atrativo e conseqüentemente pouco significativo para o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos não se sentem motivados a se posicionarem criticamente, por exemplo, sobre uma temática que não faz parte do seu contexto e conseqüentemente a produção textual se torna mecânica e desvinculada da realidade circunscrita desse aluno, e acaba se tornando um processo enfadonho e obrigatório

¹ Documento elaborado pelo MEC para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias.

² São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

³ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações; A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações

que não nos apresenta uma contribuição significativa para o desenvolvimento efetivo das habilidades de leitura e de escrita.

Nossa escolha temática também se influenciou por nossa vinculação ao Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela UERN, mais especificamente à linha de pesquisa “Estudos dos processos argumentativos”. O referido grupo desenvolve pesquisas que se voltam para os aspectos argumentativo da linguagem nos processos de produção e ensino de texto, considerando as especificidades dos gêneros discursivos e as condições de produção dos discursos, amparados nas teorias retóricas.

1.3 O ESTADO DA ARTE

Com o intuito de fundamentar nossa discussão, recorreremos a pesquisas já realizadas, para conhecer o amplo rol de trabalhos desenvolvidos na nossa temática de estudo. Dessa forma, utilizamos desde trabalhos consagrados aos recém publicados. Assim, partimos da Nova Retórica de Perelman e Tyteca (2005), Abreu (2009), Reboul (2004), Meyer (2007), Souza (2003;2008) para inteiramos dos estudos relacionados a argumentação no discurso.

Além desses, também nos foi importante conhecer trabalhos realizados e veiculados ao nosso grupo de pesquisa que estudam a argumentação no discurso por diversos prismas, tais como o *ethos* no discurso dos profissionais de Letras desenvolvido por Costa (2010); a argumentação nos depoimentos dos professores do campus de Pau dos Ferros de Costa (2014). Ainda podemos destacar a argumentação dos alunos universitários, como o de Alves (2011) que investiga o *ethos* de egressos e o *ethos* nos relatórios de estágio supervisionado do Curso de Graduação em Letras; Lima (2011), que faz uma investigação sobre o *ethos* de professores universitários de Letras; Duarte (2010), que investiga o processo argumentativo em artigos científicos sobre o ensino de língua portuguesa.

Mais recentemente tivemos importantes trabalhos realizados ainda por integrantes de nosso grupo de pesquisa que estão em consonância total com nossa temática de estudo, pois aliam, assim como nós, argumentação e contexto escolar. Esses trabalhos são o de Lopes (2015) intitulado Narrativas andantes da passagem da “Coluna Prestes” pelo município de São Miguel/RN: contexto sociocultural e argumentação no ensino de língua portuguesa, o qual estudou a argumentação a partir de textos narrativos. Temos ainda o de Dantas (2015), Cultura popular e argumentação sobre a Lenda da Pedra da Moça no município de São

Miguel/RN: das memórias do contador às produções textuais em sala de aula, o qual também estuda a argumentação a partir de textos narrativos, mais especificamente do gênero lenda.

Ainda nos foi importante outros os estudos relacionados à argumentação em contexto escolar, tais como Leal (2006); Leitão (2006); Liberalli (2015) que estudam a argumentação nas produções textuais infantis e demonstram, entre outros aspectos, que os alunos argumentam na defesa de suas teses, recorrendo a argumentos diversos para sustentá-las, apresentando um processo argumentativo estruturado, menos complexo, dado o nível de maturidade cognitiva em que se encontram.

Além desses, também nos valeu os estudos relacionados ao ensino de língua portuguesa como Antunes (2003;2005;2009) como também, as discussões sobre gêneros textuais a partir de Marcuschi (2002; 2008)

1.4 A ESTRUTURA DO TRABALHO

Estrutturamos e organizamos nossa pesquisa em seis capítulos. No primeiro, que é o nosso capítulo de Introdução, apresentamos um apanhado geral sobre o trabalho, para orientar o leitor sobre o que versará nosso estudo, bem como nossos objetivos e justificativas. Nesse momento também discorreremos brevemente a respeito da nossa filiação teórica e relacionamos nosso estudo a outros já existentes na área.

No segundo capítulo, situamos o referencial teórico relativo à argumentação no discurso e destacamos os pressupostos básicos das teorias adotadas. Apresentamos alguns conceitos chave da Nova Retórica de Perelman; Olbrechts –Tyteca (2005), Fiorin(2015), Abreu (2009) e Souza (2003) que serão utilizados na análise dos nosso corpus.

No terceiro capítulo, destacamos questões relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade, a inserção dos gêneros textuais no ensino, bem como as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para então focarmos no ensino/aprendizagem de argumentação no contexto escolar e sua importância para o desenvolvimento de melhorias no ensino de língua materna na Educação Básica.

O quarto capítulo descreve nosso percurso metodológico o qual vai desde a apresentação do universo estudado, dos sujeitos, da descrição da intervenção à justificativa pela escolha do gênero e pela temática do “sumiço da santa”. Por último, apresentamos os procedimentos metodológicos para a análise dos dados.

No capítulo seguinte, decorremos a análise dos dados por meio de procedimentos qualitativos para então apresentar os resultados obtidos.

E por fim, tecemos considerações a respeito dos dados observados e dos resultados obtidos e apresentamos sugestões de aprofundamento em questões relacionadas à constituição do texto argumentativo e seu ensino no contexto escolar.

2 NOVA RETÓRICA: CONCEITOS BÁSICOS PARA A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

Neste capítulo, abordaremos as bases teóricas as quais sustentam as ideias discutidas neste estudo quanto à retórica e à argumentação, que nos levam a compreender a importância e a aplicabilidade desses conceitos teóricos no ensino de argumentação no contexto escolar. A princípio, apresentaremos um breve apanhado histórico dos estudos retóricos, bem como algumas discussões sobre argumentação no discurso, para em seguida focarmos nas nossas categorias de análise, baseadas nos conceitos da Nova Retórica.

2.1 DE ARISTÓTELES À NOVA RETÓRICA: UM PERCURSO HISTÓRICO

A retórica e a argumentação ocupam um lugar de destaque nos estudos linguísticos na atualidade, baseado na afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem. Todavia, esses estudos não são tão novos como poderíamos supor, pois remete-nos à Antiguidade Clássica. A Retórica Antiga, nascida na Grécia entre os séculos V e IV a.C., tinha como principal finalidade usar a oratória em função do convencimento/persuasão de um auditório, estando intrinsecamente ligada à “arte do bem falar em público”.

No entanto, foi só a partir de Aristóteles, no final do século XIX, que tivemos uma primeira reflexão sistemática e teórica sobre a oratória e as técnicas de persuasão. Aristóteles já havia pensado a argumentação como um componente dos sistemas lógico, retórico e dialético. Consideremos, nesse sentido, a lógica a “arte de pensar corretamente”, a retórica “a arte de bem falar” e a dialética “a arte de bem dialogar”. Essa tríade compõe a base do sistema no qual a argumentação fora estudada na época.

Durante um longo tempo, os estudos sobre argumentação perderam a força. Segundo Plantin (2008) a retórica foi violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada do currículo das universidades, sendo digna de estudo nesses ambientes apenas sua história. No entanto, não cabe ao escopo deste trabalho discutir os motivos que levaram esses trabalhos a serem relegados a segundo plano.

Outrossim, vale salientar que embora alguns dos conceitos defendidos por Aristóteles tenham sido deslegitimados ao longo dos séculos, seus estudos ainda têm contribuído para a compreensão de como a linguagem está organizada em práticas sociais diversas, como destaca Reboul (2004) e outros estudiosos da argumentação (SOUZA, 2003, 2008; FIORIN, 2015;

PERELMAN, OLBRESCSTS-TYTECA, 2005), com o avanço das sociedades democráticas e com a necessidade cada vez maior de se dar voz às diversas camadas da sociedade, pobres e ricos, letrados e analfabetos, surge, em todas as democracias, a urgência de se estudar a retórica, a arte de argumentar, como forma de se criarem mais elementos para convencer e persuadir os públicos a que se destinavam as comunicações, assim como de entender e interpretar como as pessoas estavam convencendo as multidões e, em consequência dos bons discursos, vencendo disputas políticas, econômicas, religiosas, dentre outras.

No mundo todo, esses estudos estão bem avançados e ganharam mais força e consistência acadêmica e científica com o lançamento do livro “Tratado da Argumentação: a Nova Retórica”, em 1958, por Perelman e Olbrechts-Tyteca, cujos conceitos revigoram os estudos retóricos e os levaram para diferentes campos dos estudos da linguagem, nas modalidades orais e escritas, em diferentes campos da atividade humana. Além de reavivar os estudos na área, o livro contribuiu diretamente para os estudos, os usos e até o ensino da argumentação retórica nos espaços escolares e fora deles. Os autores apontam para uma retomada dos estudos aristotélicos sobre retórica, dando uma nova abordagem, mais argumentativa e contemporânea, tornando-a uma Nova Retórica.

O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada no discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que lhe apresentava. Vê-se, assim, que a meta da arte oratória - a adesão dos espíritos - é igual a de qualquer argumentação. Mas não temos razões para limitar nosso estudo à apresentação de uma argumentação oral e para limitar a uma multidão reunida numa praça o gênero de auditório ao qual nos dirigimos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 6).

O foco de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em seu Tratado da Argumentação, não é somente sobre uma crítica ao cartesianismo na linguagem ou a um estudo vigoroso sobre a dialética da linguagem, o foco está, sobretudo, centrado na argumentação retórica do texto escrito (estendendo-o ao oral), preocupando-se com a orientação lógica e com estrutura da argumentação, com as técnicas discursivas e com outros elementos que constituem os processos argumentativos que subjazem qualquer discurso, de qualquer gênero e esfera da comunicação humana.

Cabe ainda destacar que a Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), recupera da Retórica Clássica de Aristóteles conceitos como orador e auditório e não os restringe apenas aos discursos judiciário, deliberativo e epidíctico, como Aristóteles fez, mas os aplica à funcionalidade de todo e qualquer discurso. Para esses autores, e, ainda, conforme

estudos de Souza (2008), a argumentação deve ser entendida como uma ação humana, uma ação que implica o ato de convencer o outro sobre a validade de uma tese defendida; uma ação que para ser efetivada, necessita de uma interação entre o orador e um auditório, em situações reais de uso da linguagem. Nesse sentido, a argumentação busca a adesão dos interlocutores. Para Reboul (2004, p. 82), “a nova retórica não contente com reivindicar todo o campo do discurso, vai bem além, pois se apodera de todas as espécies de produções não verbais, elaborando-se assim uma retórica do cartaz, do cinema, da música e do inconsciente”

2.2 A NOVA RETÓRICA E A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

As questões em torno da argumentação estão ligadas a várias perspectivas teóricas, as quais, de uma forma geral, podemos classificar como teoria da argumentação na língua (TAL), que é aquela que visa compreender o funcionamento argumentativo a partir de elementos linguísticos inerentes à estrutura da língua, representada, principalmente, por Ducrot; e a teoria da argumentação no discurso (TAD), sobre a qual nos deteremos neste trabalho, e que propõe uma abordagem discursiva da argumentação partindo do princípio da interação entre os interlocutores do discurso, compreendendo-se, portanto, o discurso como uma instância social, discursiva e ideológica em que os sujeitos estão envolvidos. Conforme Souza (2008, p.60)

Jamais podemos ver a linguagem verbal como linear, unívoca, totalmente racional; ao contrário, temos de vê-la como um meio de interação, como algo que emerge de sujeitos históricos e culturalmente situados e se dirige a outros sujeitos em situações semelhantes, refletindo nessa interação, as ambiguidades, as controvérsias; enfim, as relações dialéticas e dialógicas que permeiam as relações humanas.

Dessa forma, a argumentação no discurso, segundo Perelman e Tyteca (2005) é parte constituinte da linguagem humana e seu estudo aplica-se a todo discurso, seja ele oral ou escrito. Ainda segundo os autores o objetivo de toda argumentação é

provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentamento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstração) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação. Que se manifestará no momento oportuno. (PERELMAN & TYTECA, 2005, p.50).

Assim, os autores consideram que a argumentação é um processo que objetiva convencer e persuadir o auditório. Convencer pela necessidade de fazer com que os interlocutores concordem com as teses defendidas e persuadir pela necessidade de levar o

auditório a praticar os atos que o orador deseja. Dessa forma, para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais importante do que convencer; já quem se preocupa com o caráter racional da adesão, convencer é mais importante do que persuadir.

Dessa forma, o processo argumentativo exige do orador o esforço de estabelecer uma interação com o auditório, justificando escolhas e valendo-se de acordos prévios, teses defendidas, técnicas argumentativas, valores e sua hierarquização para que se atinja de fato os efeitos pretendidos. Em virtude disso, consoante Souza (2008), o ato de argumentar vai ser sempre uma ação retórica que envolve tanto uma tese, isto é, a ideia que pretendemos defender, a parte racional do discurso; um orador que se envolve na causa, e ao mesmo tempo defende sua imagem; e um auditório, a quem o orador pretende convencer ou comover acerca da tese apresentada.

2.2.1 As teses

Argumentar é justificar, fundamentar ou dar razões a favor do que pensamos. A argumentação tem um caráter utilitário, quando a consideramos num universo de situações e relações interpessoais, em processos que envolvem diálogos entre os sujeitos. Para Abreu (2009), saber argumentar é saber integrar-se ao universo do outro, é obter aquilo que queremos de modo cooperativo e construtivo. Dessa maneira, destacamos que em toda argumentação subjaz o uso de uma ideia central a qual queremos defender. A essa ideia central damos o nome de tese.

Percebemos que estamos perante uma argumentação sempre que alguém oferece um conjunto de razões ou justificativas em favor de uma ideia. Quando nos limitamos apenas em afirmar ideias sem apoiá-las em razões, não estamos argumentando. Essa ideia que será defendida pelo orador é a tese a qual ganhará apoio e força persuasiva a partir das técnicas argumentativas que serão utilizadas.

Vale salientar que, para analisarmos textos argumentativos, é necessário que tenhamos clara uma ideia do que seja tese, pois ela assume uma função central no processo dialógico, nas interações discursivas que constituem as relações sociais dos seres humanos, os sujeitos e os oradores na construção de um texto. Assim sendo destacamos a afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca quando dizem: “Qualquer argumentação, para ser eficaz, deve apoiar-se em teses admitidas pelo auditório” (2005, p. 366). Portanto, faz-se necessário apresentar o conceito de tese defendido: “A tese define-se, pois, como uma proposição (uma

frase) que formula precisamente o que diz o texto (e, de maneira mais geral, o que diz a inteligência em face da realidade), tendo em vista enunciar o verdadeiro ou o falso” (IDE, 2000, p.51).

Podemos entender a tese como sendo a ideia central defendida pelo orador que ajuda o leitor a fazer uma avaliação crítica entre o que se pretendia defender e o que se defendeu na realidade. Podemos perceber a partir da identificação da tese possíveis contradições de ideias do autor. Souza (2003) é bem enfático ao afirmar que o confronto entre a tese e as técnicas argumentativas utilizadas pelo orador, permite ao leitor encontrar além da ideia central outros efeitos de sentido, às vezes contraditórios, dos textos, inscritos em seu processo argumentativo.

Portanto, as teses destacam-se como importante categoria de análise para a Retórica e conseqüentemente, para o nosso trabalho. Para nos apoiamos nos critérios de Ide (2000, p.73) para que pudéssemos identificar a tese principal nos textos dos alunos. Segundo o autor, esses são alguns critérios essenciais que devem ser aplicados na identificação de uma tese:

- Em geral, uma única palavra exprime a ideia. Procure a ideia que:
- é a mais verossímil;
 - é a mais unificadora dos diversos aspectos do texto;
 - é teoricamente única, se o texto for bem construído;
 - responde à questão: “o que se diz disso?”

Esses critérios indicam que para se analisar um texto argumentativo é de fundamental importância a identificação da tese central, essa identificação está ligada desde a questão estrutural do texto (se é bem construído) até o discernimento da hierarquização de informações plausíveis. Vale destacar ainda que o arranjo argumentativo do texto culmina na apresentação dessa tese central, a qual é a mais importante do texto, mas não é a única, ou seja, dependendo da técnica argumentativa utilizada pelo orador temos teses secundárias as quais irão funcionar como ancoragem da tese central.

Conforme Souza e Alves (2016, no prelo), o orador apresenta teses e procura convencer seu auditório da veracidade delas. Essas se apresentam como sínteses de proposições que afirmam ou negam a verdade de fatos ou presunções, dessa forma as teses se apresentam como pontos de vista que revelam posicionamentos até mesmo divergentes. As teses, portanto, definem-se como proposições que afirmam ou negam algo, sendo que toda proposição carrega em si um ponto de vista do orador, consciente ou inconscientemente.

2.2.2 O acordo prévio

Devemos considerar que a argumentação não se dá de forma aleatória. Segundo Abreu (2009), para que ela se efetive algumas condições precisam ser levadas em consideração, vejamos no gráfico a seguir:

Figura 01: Condições de Argumentação



Fonte: Abreu (2009)

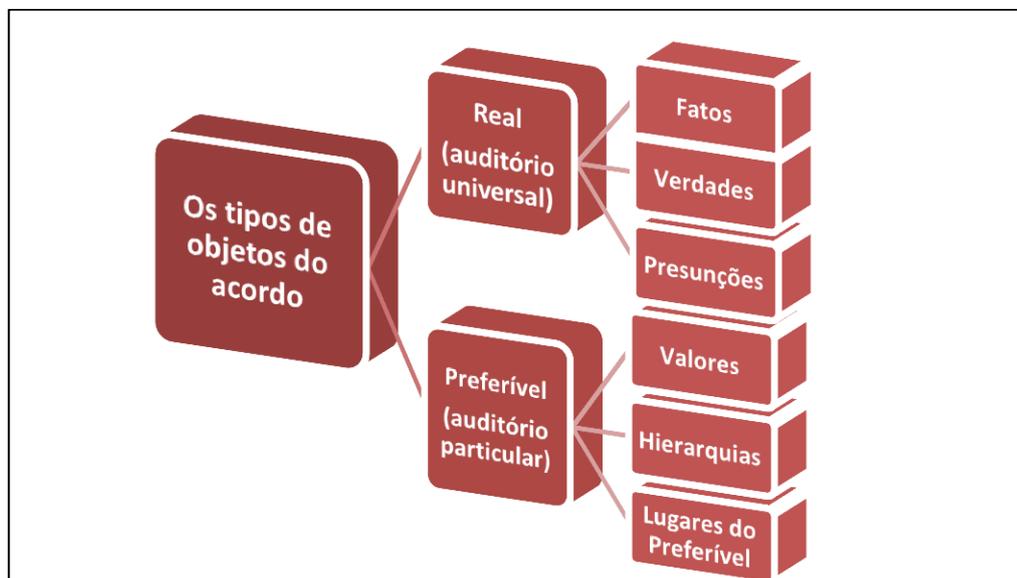
Ora, definir a tese é a primeira condição a ser considerada, pois quem argumenta o faz com algum propósito, baseado em alguma problemática, querendo atingir determinado público a partir de objetivos pré-definidos. Nesse sentido, a tese é quem vai orientar esse caminho. Outra importante condição de argumentação é a linguagem comum entre orador e auditório como bem salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.17) quando afirmam: “o mínimo indispensável à argumentação parece ser a existência de uma linguagem em comum”. Ora, não existe nem comunicação se os interlocutores não compartilharem a mesma linguagem, quiçá argumentação. E, por fim, destacamos a importância de haver um contato positivo entre orador e auditório. Esse contato se dá por meio do acordo prévio entre as partes, ele é o ponto de partida da análise argumentativa e também influencia no seu desenvolvimento. Sobre esse contato entre orador e auditório o qual chamamos de acordo prévio, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.73) afirmam:

O orador, utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais, mas estes lhes podem recusar seja por não aderirem ao que o orador lhes apresenta como adquirido, seja

por perceberem o caráter unilateral da escolha das premissas, seja por ficarem contrariados com o caráter tendencioso da apresentação delas.

Portanto, o excerto destaca que o orador lança proposições que podem ou não ser aceitas pelos oradores, ficando acertado como o acordo prévio, sendo o ponto de partida de toda argumentação. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o acordo nada mais é do que a preparação para o raciocínio que funciona não só como uma introdução, mas também constitui um primeiro passo da persuasão. Para os autores, existem diferentes tipos de acordo que desempenham papéis diferentes no processo argumentativo. Vejamos no gráfico a seguir como eles organizam esses tipos de acordo:

Figura 02: Tipos de objetos do acordo: conceitos-chave da argumentação e categorias de análise do trabalho



Fonte: Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005)

O gráfico nos dá uma ideia ampla de quais elementos podem ser objeto de crença ou de adesão ao acordo entre orador e auditório/interlocutor. Os autores destacam a importância de agrupar esses objetivos em duas categorias: uma relativa ao real e outra ao preferível. Entende-se por real, nesse sentido, tudo que se caracteriza por uma pretensão que tenha validade levando em consideração um auditório universal. Essa categoria do real comporta ainda os fatos, as verdades e as presunções, as quais não serão discutidas aqui, pois nenhuma das três faz parte das nossas categorias de análise neste trabalho. Em contrapartida, o que entendemos como objeto relativo ao preferível são determinadas escolhas as quais não estão relacionadas a uma realidade preexistente, mas sim que estão ligadas a um ponto de vista

determinado que só podemos identificar tendo um auditório particular, por mais amplo que seja. Arelados a essa categoria do preferível temos: os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Esses sim são de nosso interesse, pois fazem parte das categorias de análise do *corpus* deste trabalho, portanto, discorreremos mais detalhadamente sobre eles nos tópicos que seguem.

2.2.2.1 Os valores

Considerando os valores como parte constituinte do acordo ente orador e auditório, temos que eles desempenham um papel fundamental para a efetivação da argumentação. Dessa forma, quando refletimos sobre os valores que são admitidos acerca de uma tese específica, somos levados a ajustar os fatos com base no discurso desses grupos particulares. Por outro lado, a influência de um valor no processo argumentativo, muitas vezes, torna-se crucial para a adesão do auditório. “A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA,2005, p. 84).

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influencia determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém que esse ponto de vista de impõe a todos. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA,2005, p. 84).

Dessa forma, segundo os autores, partilhar os mesmo valores não implica, necessariamente, a consonância de pontos de vista. Podemos ter uma consciência da influência desses valores, sem necessariamente deixa-los alterar o posicionamento acerca de algo. Conforme Abreu (2009, p.79): “Aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui seu auditório.”

Portanto, para estruturar uma argumentação no intuito de persuadir um determinado interlocutor, é fundamental que se conheça quais são os valores que exercem mais influencia sobre determinado auditório especificamente. Consideremos, portanto, que há o que denominamos de hierarquização de valores, a qual explicaremos mais adiante.

Segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 73), “a própria escolha das premissas e sua formulação raramente não estão isentas de valor argumentativo”. Assim, o orador busca sempre um acordo prévio com o auditório, como uma estratégia argumentativa, uma vez que é impossível que um se dirija um ao outro se não houver um acordo prévio. “De fato, não há

diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre interlocutores, entendimento referente tanto a fatos, quanto aos valores” (REBOUL, 2004, p. 142).

Ainda de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os valores intervêm num dado momento em todas as argumentações, inclusive nas de ordem científica, à medida que visa o valor da verdade. No entanto, sua ênfase recai no campo jurídico, político e filosófico à medida que funcionam como base para argumentar. Cabe acrescentar que eles também exercem influência nos assuntos de cunho religioso, que é justamente nosso foco de análise, tendo em vista que os textos produzidos pelos alunos foram sobre a temática do “Sumiço da Santa”. Logo, não poderíamos deixar de analisar os valores revelados pelos alunos que atuam diretamente como um acordo entre os alunos (oradores) e população da cidade (auditório particular) a qual o artigo de opinião se destina.

Outrossim, como já dissemos, os valores são objetos do acordo relacionados ao provável e tenciona a adesão de grupos particulares. Perelman e Tyteca (2005) falam ainda da importância do orador considerar os valores do auditório, para que seja convencido e/ou persuadido acerca das teses apresentadas, uma vez que estes tem alto poder argumentativo. Consoante os autores, “recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84-85). Assim, “Conhecer o auditório, conhecer as suas crenças e tábuas de valores é, pois, fundamental para o orador: daí que o segundo livro da Retórica de Aristóteles proponha uma análise das paixões e emoções do auditório”(GIL, 2005, p. 73).

Cabe salientar ainda que a argumentação sobre os valores necessita de uma distinção entre valores concretos e valores abstratos. Os valores concretos estão ligados ao caráter único que se atribui a determinada coisa, para que seja valorizada por si mesma, por exemplo, e já adiantando sobre os dados analisados em nossa pesquisa, observamos que o valor concreto considerado pelos alunos em seus textos foi a imagem da santa que desapareceu. Já os valores abstratos estão ligados à ideia de mudança. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), eles estão ligados a um espírito revolucionário, podemos destacar a justiça como sendo um bom exemplo de valor abstrato. Ainda segundo os autores, os valores abstratos podem ser usados para tecer críticas, pois não levam em consideração pessoas e parecem fornecer critérios a quem quer modificar a ordem estabelecida.

Sobretudo, destacamos que é inevitável que as pessoas se apoiem em valores sejam eles concretos ou abstratos independentemente de quais sejam os valores dominantes no seu meio cultural. Por conseguinte, a argumentação se baseia, de acordo com as circunstâncias,

ora em valores concretos, ora em valores abstratos, tanto que muitas vezes é difícil discernir o papel representado por um ou por outro.

2.2.2.2 As hierarquias de valor

Como já foi considerado anteriormente, para argumentar é necessário ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento a partir do acordo prévio entre as partes. Devemos considerar também que para persuadir é necessário pensar nos argumentos que podem influenciar o auditório. É necessário ainda considerar que o orador se interessa pelo estado de espírito do seu interlocutor e para isso destacamos a importância dos valores.

Entretanto ainda cabe considerar que não é possível basear a argumentação apenas nos valores, sejam eles concretos ou abstratos, é fundamental também considerar suas hierarquias. Para Abreu (2009), são vários os fatores que determinam a hierarquização desses valores de pessoa para pessoa, entre eles podemos destacar: a história pessoal, a cultura, as crenças, a ideologia, o tempo etc. Fiorin (2015) ilustra muito bem essa questão da hierarquização de valores quando nos traz a título de ilustração a virgindade que há tempos fora considerada como um valor de grande importância para as mulheres e hoje não se atribui mais essa valoração. Outro exemplo citado pelo mesmo autor é o trabalho, que na época das sociedades aristocráticas era objeto de absoluto desprezo e hoje em dia é considerado um valor extremamente importante.

Conforme Lazarotto (2009), o acordo entre orador e auditório volta-se para a hierarquia de valores, pois, além de admitir valores, os membros do auditório, durante o contexto da persuasão, hierarquizam as informações que admitem e a importância dada a essas informações. Dessa forma, podemos observar que é a partir da hierarquização dos valores que o discurso argumentativo em torno do preferível se estabelece.

É mister destacar ainda que os valores subjazem nossos posicionamentos, por conseguinte, é preciso observar que alguns têm mais privilégio e poder que outros. Além disso, alguns valores se hierarquizam-se por si só, levando em consideração o suporte ao qual estão vinculados, por exemplo. Assim, os valores ligados às pessoas são, por sua natureza, superiores aos valores ligados às coisas. Outro princípio de hierarquização, muito utilizado, é a quantidade maior ou menor de alguma coisa. Tem-se ainda como fator de hierarquização, a intensidade da adesão de um valor, em comparação com a intensidade com a qual se adere a outro.

Sobre a importância da hierarquização de valores para a construção da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 92) destacam:

As hierarquias de valores são, de certo, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza.

Nesse sentido, saber discernir qual valor se sobrepõe a outro é tão, ou mais importante, do que conhecer o valor admitido por determinado auditório. Retomando o que foi exposto anteriormente em relação ao fato de os valores e as hierarquias estarem ligados a auditórios particulares e não a auditórios universais vemos agora que se justifica tendo em vista que é praticamente inconcebível que um orador consiga tratar dos valores e dar hierarquias de um auditório universal em defesa da sua tese.

A quase obrigatoriedade por essa hierarquização provém da busca por criar compatibilidades que orientarão escolhas argumentativas. Todavia, ressaltamos que essa hierarquização não ocasiona a dependência dos valores, pois seus fundamentos são tão múltiplos quanto os valores por ela coordenados.

3 SALA DE AULA E ARGUMENTAÇÃO: UM ENCONTRO POSSÍVEL

O ensino de Língua Portuguesa (LP) vem passando por significativas transformações, devido ter-se repensado o papel social da escola, enquanto transformadora de indivíduos. Conseqüentemente, surgiram, no contexto brasileiro, importantes reflexões sobre o que é linguagem e qual o papel dos sujeitos participantes no processo de aquisição de práticas sociais de leitura e escrita.

Essas reflexões trouxeram implicações ao “ensinar Língua Portuguesa” que deixou de ser apenas um processo metalingüístico com suas regras de sintaxe, pontuação, acentuação e passou a garantir aos alunos acesso aos saberes linguísticos indispensáveis ao exercício da cidadania (ANTUNES, 2003). Por conseguinte, o foco deixou de ser o código e passou a ser o discurso. Notadamente percebemos isso no trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais quando diz:

Procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos de assumir a palavra, produzindo textos em situação de participação social, o que se propõe ao ensinar os diferentes usos da linguagem é o desenvolvimento da capacidade construtiva e transformadora. O exercício do diálogo na explicitação, contraposição e argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitudes de confiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro. A aprendizagem desses aspectos precisa, necessariamente, estar inserida em situações reais de intervenção, começando no âmbito da própria escola. (BRASIL, 1998, p.41)

Em virtude disso, destacamos o caráter oportuno dessa pesquisa uma vez que tencionamos estabelecer a relação entre teorias para um estudo mais aprofundado e completo da inserção, nas práticas de sala de aula, do texto como objeto de ensino, delimitamos nossa pesquisa ao texto argumentativo, por julgarmos esse como sendo de grande importância para o desenvolvimento de práticas sociais cotidianas.

Portanto, nos tópicos que seguem procuramos defender a ideia de que tanto é possível quanto é necessário ensinar argumentação no contexto escolar, partindo de uma discussão acerca do ensino especificamente traremos nossos direcionamentos para as aulas de Língua Portuguesa.

3.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE

Há algumas décadas tem circulado no Brasil a ideia de que o texto deve ser a base para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Esse princípio vem sendo afirmado (e reafirmado) por diversas propostas curriculares e programas educacionais em todo o país. Preconiza-se nessas propostas, sobretudo, um deslocamento dos eixos ensino-aprendizagem de língua materna: de um ensino normativo que prioriza a análise da língua e da gramática, para um ensino em que os usos da língua escrita e oral, em leitura e produção textual, sejam valorizados.

Dessa forma, cabe registrar a importância para esse processo de transição que teve o livro intitulado *O texto em sala de aula*, organizado por Geraldi em 1984, devido à obra tratar da inserção do texto em aulas de língua portuguesa como objeto de ensino e não apenas como objeto de uso. No entanto, foi só a partir de 1997/1998 que essas ideias ganharam mais força quando incorporadas aos PCN de língua portuguesa. Como consequência disso, passou a ser dada maior importância às situações de produção e circulação do texto, bem como convocou-se a noção de gênero (discursivos ou textuais) como um instrumento para favorecer o ensino de leitura e de produção de textos escritos e, também, orais. Houve a partir de então o que conhecemos por virada discursiva ou enunciativa. Conforme podemos evidenciar no trecho dos PCN a seguir:

Não é possível tomar como unidade básica do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco tem a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto.” (BRASIL, 1998,p.23)

Observemos, portanto, que os PCN, funcionaram como importante marco para as práticas e concepções do ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. A unidade básica de ensino nas aulas de língua materna deixou de ser o código linguístico e a metalinguagem para ser o texto com seus usos e condições de produção.

Todavia, embora saibamos que já existe uma consciência quanto a essa virada discursiva, ainda não se observam resultados significativamente positivos com relação à qualidade da produção textual dos alunos concluintes da Educação Básica. Isso se comprova, por exemplo, ao avaliarmos as notas da produção textual do Enem, quando em 2014, dos mais de 6 milhões de participantes, apenas 250 tiraram nota máxima, enquanto 529.374 obtiveram

nota 0.⁴ Esses resultados nos levam a fazer questionamentos do tipo: o que ficou de onze de estudo da língua? Por que noções e habilidades elementares não foram assimiladas?

Nessa perspectiva, Antunes (2005) aponta alguns problemas que ainda persistem nas salas de aula Brasil afora que, de certa forma, justificam esse baixo rendimento dos nossos alunos. O primeiro deles, segundo a autora, é a primazia quase absoluta da oralidade em sala de aula. E para piorar ainda mais a situação, essa oralidade mobilizada na escola é predominantemente informal.

Outro problema destacado pela autora são as escassas oportunidades de escritas que se limitam a uma escrita com finalidade apenas escolar. Os alunos exercitam a escrita com um único objetivo: obter nota e aprovação. Decerto o que existe na escola é uma escrita reduzida a objetivos da disciplina, sem perspectivas sociais inspiradas nos usos da língua. Não há interação, nem relação social entre os interlocutores.

Por último, e não menos importante, Antunes (2005) destaca o problema da escrita falseada, por não existir um leitor à vista. O professor assume não um papel de leitor, mas sim de corretor do texto e ainda se vê frustrado ao ver aquele texto, sobre o qual dedicou tempo para correção e sugestões, ser lançado ao cesto do lixo sem ter havido nenhuma releitura por parte do aluno.

Logo, considerando-se a característica interacionista da língua, a qual possibilita uma transmissão de informações de um emissor a um receptor identifica-se nesse último problema umas das maiores dificuldade do estudante: falar para ninguém ou, mais exatamente, não saber a quem se fale. Por conseguinte:

[...] É difícil, nessas condições, isto é, sem saber para quem está escrevendo, alguém tentar ajustar-se às condições de interação. Assim a escassez de oportunidades de uma escrita socialmente significativa se soma o agravante de uma escrita que é mero treinamento, para nada e para ninguém. (ANTUNES, 2005, p.27)

Portanto, a escola deixa de considerar a escrita como uma atividade de interação, na qual quem escreve está interagindo com o outro, com algum objetivo pré-determinado e sob algum pretexto. Desconsidera-se também que a escrita, na perspectiva interacionista, é uma atividade colaborativa e não individual, na qual dois ou mais sujeitos agem conjuntamente para a interpretação dos sentido. Por isso, essa atividade de escrita praticada nas escolas

⁴ Disponível em : <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/01/mec-e-inep-apresentam-resultados-do-enem-2014>. Acesso em 05 de out. de 2016.

dificulta a ação de escrever, de modo que não há como selecionar informações, hierarquizá-las, adaptar a linguagem, ajustar o grau de formalidade.

Dado o exposto, observamos que essa virada discursiva infelizmente ainda não se efetivou nas nossas escolas como se deseja, embora os programas e parâmetros educacionais apontem para essa necessidade. No entanto, não cabe a nós julgar os motivos pelos quais isso ainda não se sucedeu, mas sim refletir sobre o caso e propor algo que vá ao encontro dessas propostas, para que o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras tome novos rumos e consiga atingir a excelência.

3.2 OS GÊNEROS TEXTUAIS E O CONTEXTO ESCOLAR

Segundo Marcuschi (2008), nos últimos anos houve uma `explosão` de estudos relacionados a questão do ensino dos gêneros textuais. No entanto, o estudo dos gêneros não é novo, tendo em vista que sua observação sistemática foi iniciada por Platão há vinte e cinco séculos. Do mesmo modo, o autor ainda lembra que o estudo dos gêneros na tradição ocidental estavam especialmente ligado aos gêneros literários.

Atualmente, o estudo dos gêneros remete a um número cada vez maior de áreas de investigação. Temos noção de gênero textual nas pesquisas da etnografia, sociologia, antropologia, linguística Marcuschi (2008). Interessa-nos o estudo dos gêneros sob a ótica da linguística. Nesse sentido consideramos que

[...] a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. (MARCUSCHI, 2008, p. 149)

Como bem afirmou Marcuschi (2008), a análise dos gêneros textuais sobrepõe-se à análise de aspectos da superfície textual. Remete a uma observação do texto atrelado ao discurso, a questões de natureza sociocultural em seu cotidiano. Logo, não se pode tratar o estudo dos gêneros textuais independente de sua realidade social.

Marcuschi (2002), embasado pela concepção bakhtiniana de que os gêneros textuais são enumerados relativamente estáveis em cuja constituição entram elementos referentes ao conteúdo, composição e estilo, afirma que é impossível pensar em comunicação a não ser por

meio de gêneros textuais (orais ou escritos) entendidos como práticas socialmente constituídas com propósito comunicacional configuradas concretamente em textos.

Em síntese, o autor defende a tese de que “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto” (MARCUSCHI, 2008, p.154). Destarte toda comunicação verbal humana se dá através de textos que se materializam, através dos gêneros textuais. Consequentemente,

Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares(MARCUSCHI, 2008, p.154).

Dessa maneira, não há como desvincular a comunicação verbal humana dos gêneros textuais, ambos estão atrelados, pois nos comunicamos através de gêneros textuais, mesmo que inconscientemente. Ao definir esse uso como inconsciente estamos nos referindo a não termos uma consciência teórica, a respeito dos gêneros, todavia conforme Koch e Elias (2015) todos os falantes/ouvintes, escritores/leitores tem o que chama-se de “*competência metagenérica*”, a qual é construída ao longo de nossa existência é nos confere atribuir conhecimentos de gêneros textuais, sua caracterização e função.

Portanto, em virtude da amplitude e importância do assunto, as instituições de ensino não poderiam manter-se alheias a tal. Assim, os gêneros textuais passaram a ser objetos de estudo nos diversos níveis escolares. Na educação básica, foi somente a partir dos PCN’s (1998) que tivemos uma posição determinada e determinante para os trabalhos com os gêneros textuais embora, no próprio documento ainda haja alguns pontos não consensuais a respeito do tema.

Conforme já citamos em 3.1, os PCN’s inovaram as concepções de ensino de Língua Portuguesa quando enfatizaram que a unidade básica do seu ensino deve ser o texto. Outrossim, o documento preconiza o direcionamento para o estudo dos gêneros textuais quando afirma

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que as caracterizam como pertinentes a este ou aquele gênero. Desse modo a noção de gênero, constitutiva do texto, para ser tomada como objeto de ensino. (BRASIL, 1998, p.23)

O documento remete ao gênero textual como sendo objeto de estudo das aulas de Língua Portuguesa. Vale salientar que os gêneros antes dos documentos já eram objetos de

uso nas salas de aula, mas não de ensino, tendo em vista que não há comunicação sem texto e não há texto sem gênero. Consequentemente, segundo Schneuwly e Dolz (1999), quando um gênero textual entra na escola, produz-se um desdobramento: ele passa ser ao mesmo tempo um instrumento de comunicação e um objeto de aprendizagem.

Sob esse prisma, o estudo dos gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa está atrelado à compreensão e produção de textos. Todavia, considerando-se que existe um número quase ilimitado de gêneros textuais, a escola não tem condição de tratar de todos, portanto é necessário, segundo os PCNs, priorizar aqueles que caracterizam os usos públicos da linguagem. Assim

Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (BRASIL, 1998, p.24)

Como resultado dessas reflexões acerca do ensino/aprendizagem dos gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa, temos que os professores precisam não só adotar o texto e os gêneros como objeto de estudo, mas também serem capazes de selecionar aqueles que sejam mais significativos para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à participação desses alunos na sociedade.

Por esse motivo, ao elaborarmos nosso plano de intervenção consideramos a pertinência dessa discussão para selecionarmos qual gênero poderia ser mais socialmente relevante para servir de base para a produção textual dos alunos. Consequentemente, selecionamos o gênero artigo de opinião, por motivos que iremos discutir mais adiante. Antes disso, julgamos importante discorrer sobre as aulas de Língua Portuguesa direcionadas para a produção textual. Assim, abordaremos tal assunto no tópico a seguir.

3.3 PRODUÇÃO TEXTUAL NA SALA DE AULA: QUE CAMINHO SEGUIR?

Nos tópicos anteriores já abordamos sobre o processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa na contemporaneidade, discutimos sobre a nova perspectiva de ensino de LP a partir dos gêneros textuais e agora focaremos nossa discussão nas aulas de Língua Portuguesa direcionadas à produção textual escrita. Delimitamos à produção escrita, devido ser

nosso foco de análise neste trabalho, mas enfatizamos que a oralidade tem igual importância para o ensino.

Antes de iniciarmos a discussão a respeito dos caminhos que podem/devem ser seguidos nas aulas de produção textual, faz-se necessário realizar algumas reflexões partindo de princípios teóricos, pois nada do que realizamos em sala de aula deixa de estar ligado a esses princípios a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos.

Dessa forma, discutiremos brevemente sobre as concepções de língua e texto as quais adotamos no presente trabalho. Conforme Antunes (2009), o estudo dos fenômenos linguísticos herdou da tradição defendida outrora, a concepção de que a língua é um conjunto potencial de signos, desvinculada suas condições de uso e centrada na palavra e na frase isolada. Nessa perspectiva, a língua é restrita ao domínio da morfossintaxe e com ênfase nas classificações e nomenclaturas.

No entanto, a partir das contribuições trazidas, sobretudo, pelos estudos pragmáticos, outras concepções de língua surgiram. Por conseguinte, temos, atualmente, uma concepção de língua como um fenômeno social, uma prática de atuação interativa, dependente da cultura e de seus usuários. (ANTUNES, 2009). Nesse sentido, a língua ultrapassa o conjunto de regras internas e ganha um caráter político, histórico e sociocultural. Como bem afirma Antunes (2009, p. 21)

Todas as questões que envolvem o uso da língua não são apenas questões linguísticas; são também questões políticas, históricas, sociais e culturais. Não podem, portanto, ser resolvidas somente com um livro de gramática ou à luz dos que prescrevem os comandos de alguns manuais de redação.

Assim, não é possível restringir o estudo linguístico a aspectos meramente gramaticais, como se ela estivesse fora de situações de interação. Por isso a língua precisa ser entendida como uma prática social que se concretiza linguisticamente por meio de discurso falado ou escrito.

Dessa maneira, a concepção de língua adotada neste trabalho, tem um caráter interacional e funcional. Nas palavras de Antunes (2009)

A língua é uma atividade funcional. Isto é, as evidências nos dizem que nenhuma língua existe em função de si mesma, desvinculada do espaço físico e cultural em que vivem seus usuários ou independente de quaisquer outros fatores situacionais. As línguas estão a serviço das pessoas, de seus propósitos interativos reais, os mais diversificados, conforme as configurações contextuais, conforme os eventos e os estados em que os interlocutores se encontram. (ANTUNES, 2009, p.35)

Destarte, consideramos que as pessoas quando falam ou escrevem estão praticando ações com funções específicas que pretende alcançar algum efeito: explicações, pedidos, ordens, advertências etc. Koch (2015) chama essa concepção de língua, de concepção interacional (dialógica), e explica que nela os sujeitos são vistos como atores sociais, e o texto é considerado o lugar de interação no qual os interlocutores como sujeitos ativos se constroem e são construídos. Assim temos resumidamente nossa concepção de língua e de texto. Língua como forma de interação social e texto como sendo o lugar onde essa interação se materializa.

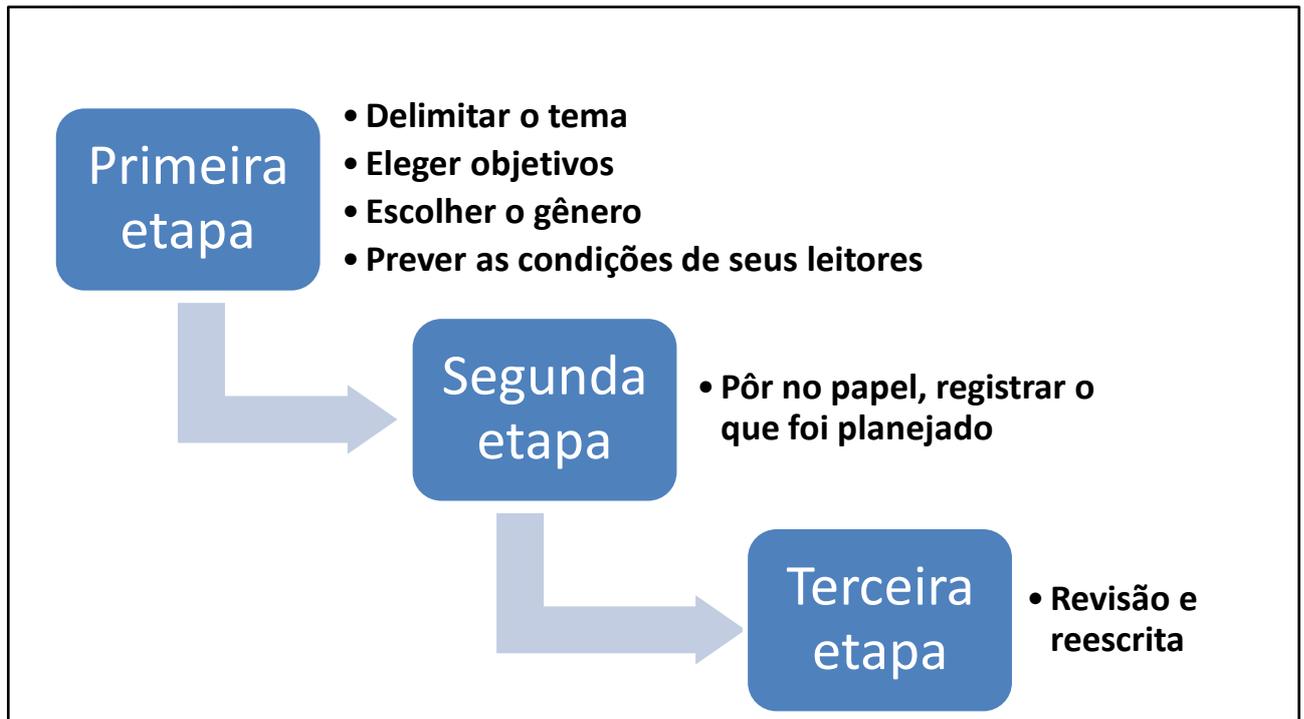
A partir dessas concepções, discorremos agora sobre o ensino da escrita, para isso tivemos como base a afirmação de Koch e Elias (2015, p. 32) “se houve um tempo em que a escrita era de difícil acesso ou uma atividade destinada a alguns pouco privilegiados, na atualidade, a escrita faz parte da nossa vida.” Partindo dessa premissa, é necessário destacar a necessidade de termos uma habilidade de escrita que atenda às demandas sociais, advindas dessa generalização da prática de escrita.

Consequentemente, a escola é vista como principal agente para o desenvolvimento das práticas proficientes de escrita na atualidade. Dessa forma, é fundamental que ela crie situações de reflexões e prática de escrita em todas as disciplinas escolares, mas de modo especial, com um olhar mais teórico e reflexivo, nas aulas de Língua Portuguesa.

A elaboração da nossa proposta de intervenção em sala de aula esteve em consonância com as reflexões e encaminhamentos apresentados por Irandé Antunes em seu livro *Aula de português – encontro e interação*, no qual a autora discorre sobre o trabalho com a oralidade, com a escrita, com a leitura e com a gramática em aulas de Língua Portuguesa.

Dessa maneira, os encaminhamentos feitos nas intervenções a respeito da escrita dos textos, seguiram as etapas elaboradas por Antunes. Abaixo temos a representação dessas etapas:

Figura 03: Etapas da escrita



Fonte: Antunes (2009)

A primeira etapa diz respeito ao planejamento da escrita. Sabemos que a escrita inicia-se muito antes de tomarmos à mão papel e lápis. A escrita supõe várias etapas que são interdependentes e inter-complementares, que se iniciam no planejamento passando pela escrita findando na revisão e reescrita. (ANTUNES, 2003)

O planejamento é o momento de delimitação do tema, além de ser necessário fazer uma pesquisa sobre a temática para eleger informações, fatos e opiniões a respeito dela. Depois de delimitado o tema, é necessário eleger alguns objetivos que se pretende alcançar com aquele texto, ainda se faz necessário determinar os meios de circulação dos textos e ainda prever as condições dos leitores. Posterior ao planejamento, temos o momento da escrita propriamente dita quando vai-se registrar o que planejado. Nesse momento, haverá uma atenção voltada para as escolhas lexicais e de ordem sintático-semântica, procurando sempre garantir que a macro estrutura textual seja garantida.

A terceira etapa, de revisão e reescrita, corresponde ao momento de análise do que foi escrito. Faz-se aqui uma análise estrutural e temática. A análise temática está relacionada à confirmação do cumprimento dos objetivos previamente elencados a coerência, a clareza, a progressão de ideias etc. Já a análise estrutural analisa aspectos da superfície do texto:

ortografia, pontuação, divisão de parágrafos. Segundo Antunes (2003) é a hora de decidir sobre o que fica, o que sai, o que se reformula.

3.4 AS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E O TEXTO ARGUMENTATIVO

Considerando tudo que foi discutido até aqui sobre o ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade, a inserção dos gêneros textuais nas práticas escolares, a concepção de língua e texto, e ainda as considerações acerca da produção textual, tudo isso permeado pelas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), vamos agora delimitar nossa discussão ao ensino do texto argumentativo.

Assim, partindo da premissa de que a escola não dá conta de proporcionar o ensino/aprendizagem de todos os gêneros textuais, como já discutimos anteriormente, os PCN (1997) orientam que os professores façam uma seleção de textos, priorizando aqueles que possam, entre outras coisas, favorecer a reflexão crítica e que possibilite aos alunos a participação numa sociedade letrada, bem como o exercício da cidadania.

Destacamos, ainda, que os PCN (1997), embora priorizem o trabalho com o texto e tragam essa ideia de “seleção de textos”, não deixa claro quais gêneros textuais, especificamente, devem ser priorizados, todavia uma análise minuciosa do documento revela que o conjunto de orientações remete a uma primazia dos gêneros relacionados à argumentação. Podemos comprovar isso destacando trechos do documento, como, por exemplo, no trecho constante na citação “[...] O exercício do diálogo na explicitação, contraposição e argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitudes de confiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro.” (BRASIL, 1997, p.41) Ainda temos também no documento, a função da escola como organizadora de atividades que propiciem ao aluno, entre outras coisas, analisar criticamente os discursos que o circundam, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos “percebendo os processos de convencimento utilizados para atuar sobre o interlocutor/leitor” (idem, p. 33) Nesse sentido, destacamos a importância da argumentação para a vida cotidiana, pois a utilizamos, mesmo que de forma inconsciente, em várias situações formais ou informais, mesmo antes de ter contato com esse conteúdo sistematizado através da escola.

A partir disso, a língua como parte fundamental da participação social, tendo em vista que é por meio dela que nos comunicamos, expressamos pontos de vista, adquirimos informação, produzimos conhecimento. Liberali (2013) defende que boa parte de nossas

práticas discursivas buscam tornar nossos pontos de vista conhecidos e aceitos. Em razão disso, saber argumentar amplia o potencial de participação democrática na medida em que as divergências podem ser discutidas e os posicionamentos podem ser revisados. Por conseguinte, o texto argumentativo como prática social precisa ser objeto de estudo nas aulas de Língua Portuguesa, no sentido de preparar os alunos para as possibilidades de uso desses textos nos mais diversos contextos de comunicação. Leal e Morais (2006, p. 8) também enfatizam a importância do trabalho com argumentação em sala de aula ao passo que defendem a ideia de que “argumentar é uma atividade social especialmente relevante, que permeia a vida dos indivíduos em todas as esferas da sociedade, pois a defesa de pontos de vista é fundamental para que se conquiste espaço social e autonomia.”

Ademais, é importante frisar que a proposta defendida aqui não é a de ensinar os alunos a argumentar, mas sim aprimorar algo que eles já dominam, para o uso nas mais diversas situações. Conforme apontam Leitão e Banks-Leite (2006), as crianças, antes mesmo de conhecer esse conteúdo sistematicamente, já podem através da argumentação: justificar por meio de diferentes bases (regras, palavras de autoridade, evidências, circunstâncias e testemunhos, motivos, causas e consequências, etc.); apelar a diferentes conteúdos; antecipar pedidos de justificativas pelo interlocutor; entender o significado pragmático de muitas justificativas; justificar com explicações fundadas em relações causais sobre tópicos curriculares; reagir à oposição recebida; refutar e se opor a determinadas afirmações e/ou demandas; considerar possíveis fragilidades nas posições defendidas; intensificar e/ou atenuar determinada oposição. Assim, tencionamos aprimorar as habilidades argumentativas por meio de práticas argumentativas no ambiente escolar.

Vale salientar ainda que a escola é um espaço privilegiado para o ensino de argumentação tendo em vista que a vivência diária dos alunos naquele espaço potencializa a criação de múltiplas representações culturais, relações de poder, opiniões divergentes etc. Consequentemente é possível que se utilize disso para ensinar a argumentar por meio de práticas argumentativas da própria vivência do alunado. Orsolini (2005) sugere alguns aspectos considerados fundamentais à argumentação em sala de aula: a) intervenções semanticamente contingentes que levem à continuidade de elaboração por todo grupo de estudantes ; b) pedidos de explicação, após tomada de posição, que permitam a produção de respostas como réplicas elaboradas; e c) a presença de discordâncias com posição anterior para gerar tendência a justificar com discurso explicativo.

Cabe ainda apresentarmos a ideia defendida por Leitão (2011) quando destaca que o ambiente discursivo da sala de aula pode funcionar, à primeira vista, como um obstáculo ao trabalho com argumentação, tendo em vista que os temas curriculares ali discutidos pertencem a um conhecimento socialmente produzido e já legitimado, por conseguinte não estariam abertos a modificações a partir da argumentação. Porém a mesma autora apresenta ainda uma sugestão para resolver o impasse (a sala de aula é ou não um local privilegiado para o estudo da argumentação?), segundo ela o professor precisa favorecer ações discursivas que convertam os temas curriculares (canônicos) em ‘temas de argumentação’ (polemizáveis). Tais ações podem ser agrupadas em três categorias gerais: (i) as que criam condições para surgimento da argumentação, (ii) as que sustentam e expandem a argumentação, (iii) as que legitimam o conhecimento construído na argumentação.

Analogamente a esse pensamento Schneuwly e Dolz (2004) defendem que compreender a argumentação como objeto de ensino na escola poderia permitir aos alunos: resolver conflitos, analisar e melhorar o funcionamento da classe, tomar decisões coletivas, tomar a palavra em público, discutir problemas com os outros, corroborar ou refutar um ponto de vista.

Notamos, portanto, a possibilidade e a necessidade do trabalho com textos argumentativos em sala de aula com o intermédio do professor para que essa aprendizagem se torne satisfatória. O apoio dado pelo professor é necessário para que se atinjam os objetivos propostos. Os próprios PCN’s consideram o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa como sendo resultante da articulação de três variantes, a saber: o aluno, sujeito da ação de aprender; os conhecimentos com os quais se opera nas práticas de linguagem e a mediação do professor. O documento ainda destaca como função do professor “[...] planejar, implementar e dirigir atividade didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço da ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva” (1997,p.22)

Logo, é fundamental refletimos sobre a importância da inserção do texto argumentativo em sala de aula a partir do intermédio e da ação sistematizada do professor de Língua Portuguesa.

4 A INTERVENÇÃO E A PESQUISA EM SALA DE AULA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A atividade de pesquisa é vista por muitos como algo reservado a alguns eleitos que a escolheram para exercer em caráter exclusivo e isolado da realidade. Porém, é preciso considerar que a pesquisa está no cerne das atividades dos profissionais de educação (professores, diretores, supervisores). Ora, quem é mais apropriado do que o próprio professor, por exemplo, para identificar e tentar encontrar soluções para resolver os problemas de sua sala de aula ou de sua escola? O professor precisa atuar e atua diariamente como pesquisador na tentativa de sanar os problemas enfrentados pela educação. O que ele não faz, na maioria dos casos, é sistematizar e registrar esse trabalho dando a ele um caráter científico. Dessa forma, destacamos a importância do Mestrado Profissional em Letras que têm oportunizado professores do país inteiro a transformar seus conhecimentos empíricos em conhecimentos científicos. Nesse sentido, a pesquisa ganha um valor fundamental no desenvolvimento educacional de uma comunidade, como apontam Ludke e André (2007), a pesquisa é uma ocasião privilegiada que reúne o pensamento e a ação de uma pessoa na tentativa de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas.

Inseridos nesse contexto do Mestrado Profissionalizante em Letras, vale destacar que nossa pesquisa propõe a aplicação de uma metodologia, que se constitui numa alternativa, para o exercício das habilidades argumentativas dos alunos do Ensino Fundamental, visando contribuir tanto para a ampliação da discussão acerca de processos argumentativos quanto ao ensino de argumentação no contexto escolar.

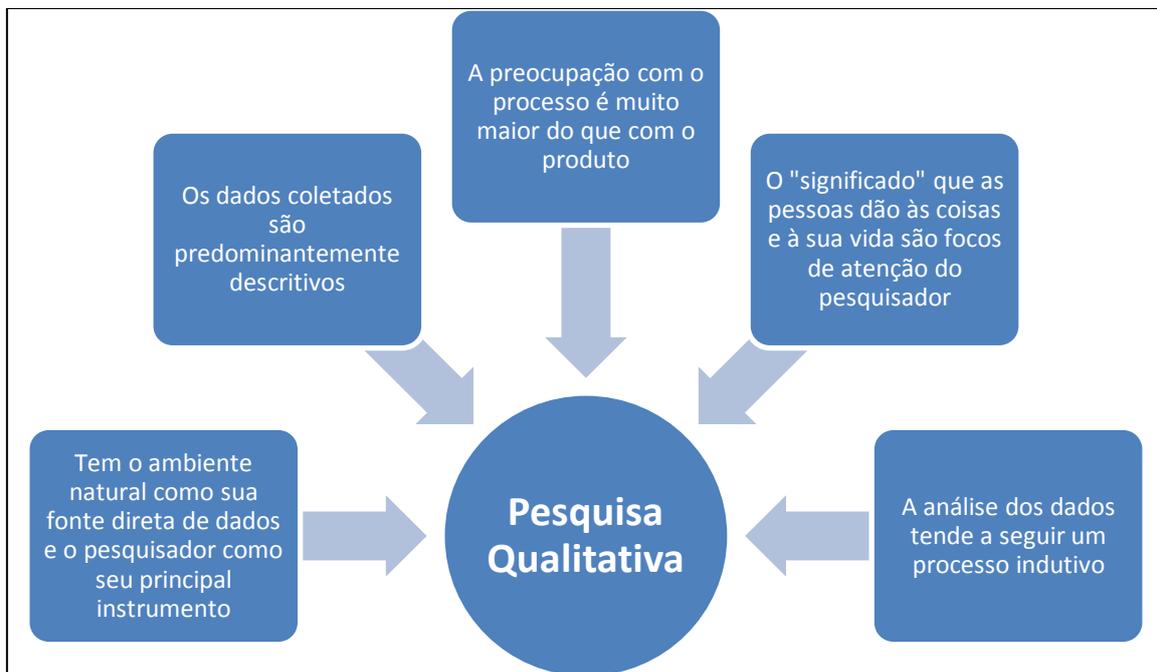
Partindo desse pressuposto, neste capítulo apresentaremos nosso percurso metodológico, descrevendo o passo a passo da nossa intervenção em sala de aula, para a partir dela termos o material que servirá como nosso *corpus* de análise.

4.1 QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA: ABORDAGEM, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Como dito anteriormente, a proposta da nossa pesquisa vai ao encontro das pretensões do Mestrado Profissionalizante no sentido de obter melhorias na qualidade da Educação Básica do país. Quando falamos em melhorias não estamos nos referindo a valores quantitativos, mas sim qualitativos. Almejamos a excelência na qualidade do ensino como um

todo. Em virtude disso, nossa abordagem é de caráter qualitativo, esse tipo de pesquisa se caracteriza, segundo Bogdan e Biklen (1994), por ser rica em pormenores descritivos relativos a pessoas, locais, conversas. As questões a se investigar não se estabelecem por meio da operacionalização de variáveis, mas sim com o objetivo de investigar os fenômenos em toda sua complexidade e em um contexto natural. Além disso, às causas exteriores é dada uma importância secundária, pois o que se privilegia, fundamentalmente, é a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Os autores resumem bem as características desse tipo de pesquisa em alguns pontos, os quais organizamos no gráfico a seguir:

Figura 04: Características da pesquisa qualitativa



Fonte: Bogdan e Biklen (1994)

Julgamos importante citar esses pontos, pois eles resumem todos os procedimentos usados na nossa pesquisa. A escola na qual lecionamos foi nosso ambiente natural de estudo, neste sentido, na condição de professores pesquisadores funcionamos como principal instrumento de coleta de dados. Além disso, o contato direto com os alunos que seriam a fonte dos dados, configura uma observação participante. Destacamos, ainda a importância de o pesquisador estar inserido no contexto a ser pesquisado, tendo em vista que na investigação qualitativa consideramos que o comportamento humano é influenciado pelo meio.

Entretanto, vamos divergir apenas com relação aos dados coletados, tendo em vista que nossos dados não são formados a partir tão somente da observação, já que nosso *corpus* é constituído pelos textos produzidos pelos alunos. Já a descrição é importante, no sentido de demonstrar o caminho percorrido até a obtenção deles, mas não para descrevê-los.

Destacamos ainda que nosso método de análise caracteriza-se como indutivo e dedutivo. Indutivo por partimos de dados particulares para inferir uma verdade geral, no caso nossa experiência enquanto professora permite-nos partir do caso particular dos nossos alunos e fazer uma análise geral de toda a situação. Consequentemente, nossa caracterização ampara-se no que destaca Gil (2014), ao apontar que a indução parte da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer, podendo se chegar a uma conclusão verdadeira. Temos ainda o método dedutivo, ao passo que selecionamos categorias gerais para analisar um problema particular. Portanto, “Os dois tipos de argumentos têm finalidades diversas - o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas; o indutivo tem o desígnio de ampliar o alcance dos conhecimentos”(LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 92).

Ainda cabe considerar a preocupação que foi dedicada à elaboração da intervenção em sala de aula, ressaltando que foi muito maior do que a preocupação com o resultado final deste trabalho, a intenção é muito mais atingir os objetivos dentro da sala de aula do que no seu aspecto científico. Essa intervenção nos proporcionou a aproximação entre pesquisado e pesquisador, o que nos permitiu capturar a “perspectiva dos participantes”, ou seja, enxergar de que forma os pesquisados encaram as questões que estão sendo focalizadas. Nos tópicos que seguiremos faremos a descrição dos sujeitos, do ambiente e da intervenção para que o leitor conheça o percurso da obtenção dos dados até a análise.

4.2 O UNIVERSO DE ESTUDO: A ESCOLA E OS SUJEITOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública no município de Serra Negra do Norte⁵. Localizada na região do Seridó Ocidental, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, o município possui uma área territorial de 562 km e uma população de 7.770 habitantes (IBGE, 2010); detém um ambiente com clima semiárido, com relevo constituído por terras elevadas, tendo a caatinga como vegetação predominante; já na hidrografia, sua fonte principal é o rio Espinharas, que, além de ser fonte de renda para uma

⁵ Informações disponíveis em:

http://ww2.serranegra.rn.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=170. Acesso em 01 nov. 2016.

grande parcela da população, foi um dos elementos fundamentais na constituição histórica do município.

O município tem como um de seus personagens principais, a figura de Dinarte de Medeiros Mariz, ex-governador do Rio Grande do Norte, ex-senador da República e que por mais da metade do século XX foi um dos mais influentes políticos do estado. Morreu em 1984, aos 84 anos, mas ainda é presente na memória e na vida dos serrenegrenses. A cidade faz questão de nomear rua, bairro e praça com o nome do ilustre e falecido munícipe em demonstração do respeito que têm por ele.

Devido ao fato de ser funcionária pública lotada no referido município, optei por realizar nossa pesquisa em uma escola deste, tendo em vista que me foi concedida licença de dois anos para a realização do Mestrado, então, nada mais justo que a contribuição dada por esse estudo reflita na melhoria da aprendizagem dos alunos do próprio município. Nesse sentido, nosso *locus* foi a Escola Municipal Arthépio Bezerra da Cunha, única escola no município que atende à clientela de Ensino Fundamental II (6º a 9º ano).

De acordo com informações contidas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição, a escola foi criada por força do Decreto nº 53 de 1973 na administração do então prefeito Hermes Furtunato dos Santos. O nome da instituição homenageia a memória de um grande serra-negrense, batalhador incansável da educação e grandeza de seu povo.

A Escola Municipal de 1º Grau Professor Arthépio Bezerra da Cunha passou a funcionar no ano de 1973, em um prédio cedido pela Paróquia do município, na época o corpo discente estava composto por 116 alunos. No ano de 1982, a instituição adquiriu sua sede própria através do então prefeito Dilvan Monteiro da Nóbrega. Em 1984, passou a ser denominada também de 2º grau, devido à ausência de estabelecimento para essa modalidade de ensino na cidade. De 2005 até 2011, foi oferecida a modalidade de ensino de Jovens e Adultos a nível de ensino fundamental.

A instituição atualmente atende a uma clientela de aproximadamente quatrocentos alunos, conta com quize professores nos dois turnos na regência de sala de aula e cinco profissionais em funções de apoio pedagógico. Entende-se por apoio pedagógico os auxiliares da biblioteca, atendentes da sala de vídeo, informática e também o regente da sala de jogos. A escola conta ainda com um diretor que é auxiliado por um vice e dois coordenadores pedagógicos. Vale salientar que a escolha do diretor e vice é feita, há alguns anos, através de eleições, por meio das quais tanto os alunos quanto os funcionários escolhem seus representantes.

Quanto à estrutura física a instituição conta com treze salas, das quais oito são usadas como salas de aula. Das demais, uma (01) funciona a sala de vídeo, em outra a sala de informática, uma (01) sala de jogos, uma(01) salas dos professores, na qual também é realizado o atendimento pedagógico a pais e professores, e por fim uma é a secretária. A escola conta ainda com dois (02) banheiros para os alunos, um masculino e um feminino, e outro para professores e demais funcionários. Temos também o espaço da cozinha, no qual a merenda é feita e distribuída. Não temos refeitório, os alunos fazem as refeições espalhados pelo pátio. E por fim, temos 1 (uma) quadra poliesportiva para a realização das aula de Educação Física e alguns eventos, como reuniões e festividades comemorativas.

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram alunos da turma de 9º ano “A” do turno matutino da referida escola. A opção por trabalhar com essa turma foi reflexo de algumas pretensões da nossa pesquisa. A primeira seria trabalhar o gênero artigo de opinião, então julgamos mais pertinente fazê-lo em uma turma concluinte do Ensino Fundamental pelo fato de que precisaríamos de alunos com um bom nível de autonomia para fazer as pesquisas que iríamos propor e também com certa experiência na produção argumentativa escrita. A segunda pretensão era a de que os alunos fizessem essa pesquisa em fontes da própria comunidade, já que o tema que seria base para a construção do artigo de opinião faria parte do contexto local. Assim sendo, isso seria dificultado se tivéssemos optado por pesquisar a turma de 9º ano B que é do turno vespertino e é formada por alunos, que residem na zona rural do município, certamente eles teriam uma maior dificuldade no acesso às informações e isso poderia fazê-los desistir.

A sala era formada por 35 alunos, eles tinham idade entre 14 e 19 anos, durante o período da pesquisa, e eram todos residentes na zona urbana do município. É mister destacar que os alunos da zona rural concentram-se no turno vespertino, pois o transporte escolar é exclusivo a esse turno. A sala de aula era bem heterogênea, com alunos repetentes e alunos nivelados, e isso já provocava um certo confronto de ideias e ideais entre eles, o que refletia na disciplina em sala de aula. Os professores consideravam que uma boa parcela dos alunos daquela turma seria reprovada, pois, segundo eles, os alunos eram indisciplinados e descompromissados.

Vale salientar ainda que apesar da pouca idade, alguns desses alunos já são casados e vários deles já desempenham alguma atividade remunerada no horário contrário ao que estudam. As do sexo feminino, na maioria dos casos, trabalham como babás e recebem como remuneração uma quantia ínfima. Já os do sexo masculino trabalham nas fábricas de bonés,

que é a atividade que movimenta a economia local. Em nenhum dos casos citados o trabalho é legalizado. Essa situação de certa forma é o que justifica o baixo rendimento de vários alunos, pois eles não têm tempo para se dedicarem efetivamente às atividades escolares. Julgamos importante fazer esse levantamento socioeconômicos da turma por acreditarmos que o aproveitamento escolar não depende exclusivamente do esforço individual do aluno. Libâneo (2013, p. 36) confirma isso quando apresenta essas três afirmações:

Primeiro, porque em uma sociedade marcada pela desigualdade social e econômica as oportunidades não são iguais e muito menos são iguais às condições sociais, econômicas e culturais de ter acesso e tirar proveito das oportunidades educacionais. Segundo, a educação não depende apenas do interesse e esforço individual porque, por trás da individualidade, estão condições sociais de vida e de trabalho que interferem nas possibilidades de rendimento escolar. Terceiro, a escola não pode ignorar que as desigualdades sociais são um real obstáculo ao desenvolvimento humano e, por isso mesmo, precisa aliar sua tarefa de transmissão de conhecimento às lutas sociais pela transformação do quadro social vigente. (p. 36)

Portanto, nossa pesquisa não pode deixar de levar em consideração esses elementos sociais e econômicos. Assim sendo, levantamos esses dados através de uma entrevista escrita que foi entregue para que os alunos respondessem logo no primeiro dia da intervenção. A natureza da nossa pesquisa justifica a importância do levantamento desses dados. É fundamental que o pesquisador conheça a realidade social na qual os pesquisados estão inseridos, essa realidade interfere diretamente nas análises dos dados da pesquisa qualitativa. A respeito disso Bogdan e Biklen (1994) defendem que os levantamentos sociais têm uma importância particular para a compreensão da investigação qualitativa em educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais.

4.3 A INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA: DO PLANEJAMENTO À CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Discorreremos nesse tópico sobre a aplicação do nosso plano de intervenção, o qual foi elaborado partindo do nosso conhecimento, enquanto professores, sobre a desmotivação revelada pelos alunos quando solicitados a produzirem textos escritos, especialmente os de cunho argumentativos.

Ainda justificamos a pertinência da intervenção, pois ao passo que comunga com os objetivos do Profletras no que se refere a contribuir de forma direta ou indiretamente para a melhoria do panorama educacional brasileiro. Assim, a capacitação de docentes em nível de

mestrado profissional, por meio do Profletras, tem como objetivos, segundo apresentação no site da Capes :

- o aumento da qualidade do ensino dos alunos do nível fundamental, com vistas a efetivar a desejada curva ascendente quanto à proficiência desses alunos no que se refere às habilidades de leitura e de escrita;
- o declínio das atuais taxas de evasão dos alunos durante o ensino fundamental;
- o multiletramento exigido no mundo globalizado com a presença da internet;
- o desenvolvimento de pedagogias que efetivem a proficiência em letramentos compatível aos nove anos cursados durante o ensino fundamental.

Dessa forma, abordaremos neste tópico desde o planejamento da intervenção, justificando a escolha da temática e do gênero artigo de opinião até a descrição de todas as oficinas que constituíram nossa intervenção.

Em vista disso, importa salientar a necessidade do planejamento tanto para a realização da pesquisa quanto para a intervenção com os alunos. O planejamento é um meio para se programar ações e também um momento de reflexões, no qual se organiza uma atividade em face de alguns objetivos, tendo em mente que no decorrer dos processos é possível revisar e/ou adequar o que se pretendia a princípio.

Segundo Libâneo (2013), no momento de planejamento devemos considerar alguns elementos tais como: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar) e por fim os métodos e técnicas (como ensinar). Esses pressupostos foram levados em consideração no planejamento das ações interventivas para a sala de aula. Sobre o qual discorreremos a seguir.

4.3.1 O planejamento da intervenção em sala de aula

Antes de iniciarmos o planejamento da atuação na escola, delimitamos a concepção de língua por nós adotada, seguindo orientação de Antunes (2003) de que para se elaborar um plano de ensino de Língua Portuguesa é necessário determinar qual a concepção de língua que se tem, para a partir daí definir objetivos e traçar o percursos metodológicos. Dessa maneira, elaboramos nosso projeto de estudo, seguindo a concepção interacionista, em detrimento à normativo-descritiva que é a mais comumente usada no ambiente escolar. Essa concepção interacionista vê a língua como uma atividade de interação verbal de dois ou mais

interlocutores, vinculada a circunstâncias concretas e diversificadas de uso, nela a língua é vista como uma prática social, e não apenas como um código linguístico.

Tendo definido esse primeiro procedimento, traçamos os objetivos a serem alcançados com a intervenção, esses objetivos estão em consonância com o objetivo geral da pesquisa e ter condições de serem realizados. A partir do que pretendíamos realizar e levando em consideração que dividiríamos as aulas com a professora titular da turma, achamos pertinente que nossa intervenção fosse constituída por 12 horas/aula, distribuídas no período de seis semanas, assim sendo 2 horas/aula semanais. Deste modo iniciamos na primeira semana do mês de outubro e concluímos em meados de novembro.

O referido planejamento levou em consideração: a turma na qual iria incidir nossa pesquisa e intervenção (já justificamos anteriormente a escolha da turma), consideramos também a escolha do gênero textual que iria ser trabalhado, vale frisar que teria que ser um gênero argumentativo, logo optamos pelo gênero artigo de opinião (por motivos que serão explicitados a seguir), levantamos também algumas possíveis temáticas locais que poderiam servir de base para a produção dos textos para então determinar conteúdos, os métodos e as técnicas de ensino.

Queremos frisar ainda que nossa intervenção culminará com a escrita de textos, por parte dos alunos, e estes nos servirão como *corpus* para análise dos dados da pesquisa. Nesse sentido, consideramos oportuno relacionar as atividades desenvolvidas em cada oficina com as *etapas da escrita* propostas por Antunes (2003), as quais já explicitamos em 3.3. Dessa forma, relacionamos cada uma das etapas propostas por Antunes (2003) às oficinas desenvolvidas. Como podemos observar a seguir:

Figura 05: As oficinas e sua relação com cada etapa de escrita.



Fonte: pesquisa dos autores

Observe-se que nosso planejamento quanto à produção textual segue uma orientação teórica que justifica cada procedimento. Cabe acrescentar ainda que todas as intervenções as quais denominamos de *Oficinas* serão descritas mais adiante. Antes, entretanto, julgamos pertinente justificar a escolha do gênero textual Artigo de opinião e da temática do “Sumiço da santa”.

4.3.1.1 Por que o “Sumiço da santa”?

Para encontrarmos uma temática próxima à realidade dos alunos, fizemos uma sondagem prévia com vários munícipes sobre um assunto polêmico que marcara a história do município e que poderia ser levado à sala de aula para despertar o interesse a escrever um artigo de opinião. Nosso propósito era que a produção textual fosse inserida no contexto real dos alunos, tendo em vista que o que se observa nos livros didáticos são propostas de produção textual desvinculadas dessa realidade. Sobre a inserção da realidade local, Libâneo

(2013) é bem enfático ao afirmar que é necessário que o processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos sistematizados tenha como ponto de partida as realidades locais, a experiência de vida dos alunos e suas características socioculturais.

Nesse momento inicial da pesquisa sobre a realidade local, ouvimos sugestões como: “A revolução de 30 em Serra Negra”, “ O feitos políticos de Dinarte Mariz no Estado”, “Os câos de Eli” , “ A lenda que deu nome à cidade”, “ O sumiço de Nossa Senhora do Ó”, “ A passagem de Frei Damião pelo município”. Vale salientar que essa primeira pesquisa foi apenas para nos deixar a par dos fatos históricos municipais que poderiam servir de tema para a produção dos textos dos alunos. Contudo, observe-se posteriormente que a escolha da temática não foi feita por nós, mas sim pelos alunos a partir dos encaminhamentos feitos na primeira intervenção. Adiantamos que eles acabaram por escolher o “Sumiço da Santa”. Logo, julgamos conveniente, relatar do que se trata tal episódio.

Para nos familiarizarmos com a temática que seria base das produções textuais dos alunos, dedicamos um momento a parte da pesquisa para isso. A esse momento da pesquisa foram dedicadas 5h, divididas entre conversas informais com membros da comunidade local e pesquisas bibliográficas em livros e em um artigo científico escrito por Oliveira e Araújo (2010) que trata da história do sumiço da santa enfocando o resgate da memória e consequentemente enfatizando identidade do povo de Serra.

Nesse artigo, a autora defende que seu intuito é preservar e valorizar a história e cultura do município. Para tanto foi realizado o resgate do episódio ao qual ela denomina de “roubo da santa” a partir de depoimentos orais das pessoas que tiveram um vínculo maior com o acontecimento.

Oliveira e Araújo (2010) teve acesso a um relato escrito pela paroquiana Dona Maria dos Anjos que foi a primeira a dar conta da ausência da santa. Abaixo o trecho desse relato nas palavras da autora do artigo:

Maria dos Anjos conta que no dia 23 de julho de 1974 as religiosas tinham se ausentado da Paróquia e a chave da Igreja tinha ficado na sua responsabilidade. A fim de organizar algumas coisas, a pedido da superiora, foi à Casa Paroquial. Nesta hora, chegou um senhor com o corpo de uma criança para ser sepultada e pediu para Dona Maria abrir a Igreja e tocar o sino. Então, depressa ela abriu a Igreja para proceder com o pedido do senhor. Ela estava com tanta pressa que sempre que entrava na Igreja fazia a genuflexão e olhava para Nossa Senhora do Ó e desta vez passara direto para o coro da Igreja tocar o sino. Quando já se encontrava lá, sentiu algo estranho e lembrou que não tinha feito o que costumeiramente fazia. Quando fora fazer e olhou para altar, para sua maior surpresa, Nossa Senhora tinha sumido. Dona Maria conta que, nesse momento, ficou perplexa, não quis acreditar e, para tanto, passou as mãos em seus olhos pensando ser problema na visão por não está conseguindo ver a Imagem no altar. Então, desceu as escadas desesperada e foi ver de perto aquela terrível realidade.

No momento em que se encontrava perto do altar, percebeu que a janela da Sacristia e a porta lateral estavam abertas. Os jarros com rosas naturais que tinham sido colocados na noite anterior estavam caídos e a água derramada sobre a toalha deixando as marcas de um salto de sapato e quatro dedos de uma mão.

Daí, Dona Maria, que de imediato a essas observações, mandou avisar a algumas pessoas de influências na cidade e demais pessoas da Igreja para que comparecesse o mais breve possível naquele local. Essa notícia provocou muita inquietação, tristeza, dor e com as próprias palavras de Dona Maria “a situação foi bem difícil... Ficaram as interrogações: quem foi? E até hoje não sabemos onde foi parar a nossa Santinha.” (OLIVEIRA. 2010, p.05)

Cabe ressaltar, que esse material fora compartilhado com os alunos num momento posterior, depois que eles já teriam sido direcionados a fazer suas próprias pesquisas sobre o assunto.

4.3.1.2 Por que um artigo de opinião?

A proposta dos PCN de que sejam trabalhados gêneros de circulação social em sala de aula e o desejo de trabalhar com gênero da ordem do argumentar determinaram a escolha do gênero artigo de opinião como foco desta pesquisa. Outrossim, nosso propósito neste trabalho é fazer com que a partir do uso da linguagem escrita, os alunos possam usar a argumentação para participar ativamente da comunidade na qual está inserido. Partindo desse princípio, elegemos o artigo de opinião como sendo o gênero que daria suporte para a escrita do texto, tendo em vista sua relevância e sua grande circulação social. Vale salientar que o artigo de opinião é um gênero da mídia e tem sido objeto de estudo de inúmeras descrições nos últimos anos, com uma grande diversidade de enfoques. Assim, conforme Cunha (2010) a escola também passou a estudar esse gênero com o objetivo de formar leitores críticos e construtores de diversos textos que circulam na sociedade. Para Souza (2010), o trabalho desses textos na escola é importante ao passo que possibilita o desenvolvimento da criança por meio da aquisição de outras competências (convencer e persuadir) usadas socialmente, não limitando, portanto, as interações da criança aos textos de ficção.

Conforme Kochë, Boff e Marinello (2014), o processo interativo no artigo de opinião sustenta-se pela construção de um ponto de vista. Assim, o enunciador assume uma posição a respeito de um assunto polêmico e a defende. Ainda segundo os autores,

O artigo de opinião consiste em um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele é publicado em jornais, revistas e na internet, e expõe a opinião de um articulista, que pode ser uma autoridade no assunto abordado ou uma pessoa reconhecida da sociedade. (KOCHË, BOFF e MARINELLO 2014, p. 33)

No entanto, quando adaptamos o gênero para a esfera escolar é necessário que sejam feitas algumas adaptações, os alunos não são autoridades no assunto, mas por fazerem parte do convívio social dos possíveis leitores do artigo, passam a funcionar como pessoas reconhecidas na sociedade. Ainda para tentar manter a função social do artigo de opinião e determinar o público alvo para quem os alunos iriam escrever, criamos um blog para que os artigos dos alunos fossem postados a cada semana.

4.3.2 A intervenção

Na tentativa de atender ao propósito do Profletras no que diz respeito à qualificação profissional dos docentes da educação básica, com vistas a proporcionar melhorias na educação do país, temos na nossa pesquisa uma abordagem qualitativa de caráter interventivo e interpretativo. Nesse sentido, nossa pesquisa consta de dois momentos: um primeiro de caráter interventivo, no qual, nós, na condição de professor-pesquisador, vamos à sala de aula para aplicar um plano de intervenção que vise sanar deficiências previamente constatadas. Temos novamente que frisar a importância da intervenção, pois ela parte de um plano de ação elaborado pelo professor, a partir de sua experiência em sala de aula e embasado pelo aporte teórico disposto na pesquisa. Já o segundo momento, quando a partir de observações feitas no decorrer da intervenção e de posse do material resultante dela, refletimos sobre as questões previamente levantadas.

Dessa forma, nosso estudo foi realizado entre os meses de outubro e novembro de 2015, em encontros de 2 horas/aula semanais como já foi dito anteriormente, cabe ressaltar, no entanto, que essa quantidade de aulas fez com que o tempo da intervenção se prolongasse mais do que o esperado, mas foi necessário para não prejudicar o andamento dos conteúdos nas aulas da professora titular, considerando que as provas de fim de ano já se aproximavam. Sendo assim, nossa intervenção foi dividida em seis momentos, a saber:

4.3.2.1 Oficina 01: Por dentro da Pesquisa

No primeiro contato com a turma, foi feita a apresentação do professor-pesquisador, a explanação sobre os propósitos gerais da pesquisa e a explicação sobre como eles iriam funcionar como sujeitos participantes do estudo. A partir disso foi iniciado o processo de

pesquisa com a aplicação de um questionário socioeconômico com a turma (em anexo) como também foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que os pais/ responsáveis ficassem cientes da realização da pesquisa e de seus objetivos gerais e consentissem a participação dos alunos.

Logo em seguida foram dados os primeiros encaminhamentos sobre como deveriam proceder: pesquisar com familiares e moradores mais velhos um acontecimento que tenha marcado a história do município e que fosse uma temática que levantasse mais de um posicionamento. Nessa mesma oportunidade fizemos uma caminhada pela cidade, para estabelecer um contato com os alunos e já levantar informalmente algumas informações das quais eles já dispunham.

4.3.2.2 Oficina 02: Pesquisar para escrever

O segundo encontro foi o momento em que eles sugeriram a temática de interesse local a partir das pesquisas que fizeram. Então, trouxeram várias temáticas, semelhantes àquelas que também encontrei quando fiz uma pesquisa sobre o mesmo caso, as quais já citamos anteriormente. Três temas tiveram mais evidência: A lenda do nome da cidade (que fora descartado por não atender a um dos requisitos: levantar mais de um posicionamento entre os moradores), Os cães de Eli (que preferimos não escolhê-lo por ser, segundo os alunos, um assunto o qual a família não quer que seja levantado) e o terceiro que foi o tema eleito para servir como pano de fundo das nossas produções “O Caso do sumiço da Santa” (alguns denominam de sumiço, outros de roubo, preferimos adotar para este trabalho a primeira opção). Os alunos já trouxeram algumas informações importantes sobre a temática que ficaram sabendo em conversas informais com vizinhos e parentes.

Após a decidirmos esse tema, fomos até a Igreja Matriz de Nossa Senhora Do Ó para tentarmos falar com o pároco atual e também para nos ambientarmos na temática. No mesmo dia, também fomos à biblioteca municipal para levantarmos a bibliografia do município: encontramos apenas um livro que falava sobre o acontecido. Voltando à sala de aula, os alunos foram orientados a pesquisar pela cidade todas as informações sobre o caso para que fossem trazidas na próxima aula.

Esse momento da pesquisa sobre a temática de interesse local precedem todos os outros devido sua importância fundamental para que se realize a produção textual. A concepção interacionista da língua supõe uma parceria, um envolvimento entre os sujeitos

para que aconteça uma troca de ideias e informações. Segundo Antunes (2003) essa visão supõe que alguém selecionou alguma coisa a ser dita a um outro alguém, com quem pretendeu interagir, em vista de algum objetivo. Vale destacar ainda que a produção textual escrita é uma manifestação de ideias, informações, intenções, crenças que tem um propósito comunicacional e para atingi-lo o escritor precisa *ter o que dizer*. Com isso justificamos a necessidade de esses alunos irem pesquisar a temática sobre a qual iriam escrever seus artigos de opinião. Corroborando nossa ideia Antunes (2003, p.70) afirma “Para escrever bem, é preciso, antes de tudo, ter o que dizer, conhecer o objeto sobre o qual se vai discorrer.”

Após delimitarmos a temática, foi o momento de eleger os objetivos da escrita. Deixei claro para os alunos que eles iriam escrever um artigo de opinião sobre o tema, do qual explicaria a estrutura mais adiante. Esse artigo teria o objetivo de mostrar para os demais munícipes, diferentes posicionamentos a respeito da temática do “Sumiço da santa”, na tentativa de reavivar a discussão em toda a cidade. Nesse sentido, já ficou explícito para os alunos quem seria seu público-alvo. Os alunos questionaram sobre como a população iria ter acesso aos textos, então, sugeriram a criação de um *blog* para que os textos fossem postados.

4.3.2.3 Oficina 03: Por dentro do gênero artigo de opinião

Na semana seguinte ao chegar à escola fui informada que minhas aulas não poderiam acontecer, pois havia para aquele dia uma atividade planejada pela escola: a realização do Soletrando.

Em consequência disso, passei uma semana sem contato com os alunos. Após quinze dias foi o momento de eles compartilharem as informações que tinham coletado, durante esse tempo, sobre o caso do sumiço. Foi um momento no qual a troca de informações estimulou a curiosidade de todos e despertou o interesse da maioria para a produção dos textos. Também compartilhei com eles as informações que levantei através da leitura de Oliveira (2010), inclusive li para eles o trecho do relato de Dona Maria dos Anjos que foi citado anteriormente.

Após esse momento inicial, partimos para a apresentação do gênero artigo de opinião, para isso levei impresso para os alunos o artigo de opinião intitulado *A VIOLÊNCIA NA MÍDIA E AS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM*, escrito por Adiane F. Marinello. Solicitei que fizessem a leitura individual e silenciosa, posteriormente fiz a leitura em voz alta para os alunos e passamos a discutir características próprias daquele texto, tais como: propósito comunicativo, qual a polêmica discutida, qual o

ponto de vista do autor, quais argumentos foram usados para convencer o leitor, se esses argumentos eram realmente convincentes etc. Enfim, neste momento foi feita uma análise do texto, para ao final, eles terem a explicação de que aquele era um texto do gênero artigo de opinião.

4.3.2.4 Oficina 04: Argumentar é preciso: conceitos básicos da argumentação

Na semana seguinte, nossa intervenção teve como objetivo fazer com que os alunos compreendessem que a argumentação faz parte da vida de uma sociedade democrática e ter o domínio dessa argumentação é um requisito para o pleno exercício da cidadania.

Para isso, partimos de uma situação do próprio cotidiano dos alunos: tendo em vista que o fim de anos se aproximava e eles iriam mudar de escola, estavam preparando uma despedida que gerava polêmica entre eles, uns queriam uma viagem e outros queriam um jantar. Aproveitando-me da situação, pedi que dois alunos de opiniões diferentes apresentassem razões para defender um ou outro posicionamento. Esses alunos defenderam seus pontos de vista com maestria, não só apontando pontos positivos da sua escolha, mas também apresentando pontos negativos da escolha do outro. Ao término da discussão, chamei a atenção de todos para o fato de que aquilo que acabara de se suceder teria sido um momento de argumentação, então defendi a ideia de que todos já sabem argumentar, o que lhes faltava era um conhecimento um pouco mais técnico do assunto, para que pudessem por em prática a argumentação na escrita.

Logo em seguida, trouxe para os alunos alguns desses conhecimentos técnicos sobre a argumentação, tais como: o conceito de tese, as técnicas argumentativas, a importância de se saber quem é o auditório, a diferença entre auditório particular e universal, os valores e sua importância na argumentação e a hierarquização de valores.

4.3.2.5 Oficina 05: Do blog ao artigo, a escrita em ação

No encontro seguinte, direcionei os alunos para a sala de informática para que criássemos o Blog no qual os textos iriam ser publicados. Utilizando o projetor, criamos o blog coletivamente, alguns alunos ficaram à frente do computador, o qual projetava o passo a passo para os demais que iam sugerindo cores, *layouts*, e o nome do blog “Passando a limpo”. Levamos uma aula para a criação do Blog e na outra entreguei aos alunos uma folha com os

encaminhamentos para que realizassem a escrita dos artigos.(segue anexa a proposta de escrita)

Neste dia, especificamente, tivemos que adentrar cerca de 30 minutos na aula de um outro professor, para que os alunos concluíssem a escrita dos artigos. Vale salientar ainda que o momento da escrita foi individual e silencioso, os que iam terminando, saiam da sala para não tirar a concentração dos demais. Também não interfeiri, nem opinei neste momento. Pedi que realizassem a escrita de forma independente e autônoma.

Alguns alunos tiveram bastante dificuldade, especialmente para iniciar o texto. Outros diziam que tinham tantas informações que não caberia tudo nas 30 linhas que havia destinado à produção.

4.3.2.6 Oficina 06: Passar a limpo para o “Passando a limpo”

Finalmente chegamos a nossa última oficina. Após fazer uma leitura prévia dos textos em casa, foi o momento de eu retomar alguns direcionamentos a respeito do gênero, dos objetivos previamente estabelecidos para a escrita dos textos, além de chamar a atenção para alguns desvios de convenções de escrita, da organização do texto, dentre outros.

Neste momento, ainda chamei a atenção dos alunos para a importância da reescrita. Disse-lhes que não existe texto acabado, pois há sempre o que melhorar, e para que se possa melhorar sempre, é fundamental que cada um possa ser avaliador no seu próprio texto. Dessa forma, fiz questão de ler os textos em casa, mas não grifar nada, para não inibir a autoavaliação dos alunos.

Outro procedimento realizado foi a ênfase relativa ao possível leitor dos textos, quando foi esclarecido que eles não haviam sido escritos para mim, na condição de professora. Eu não iria corrigi-los. Os textos foram escritos para circular socialmente e fazer ressurgir a lembrança do Sumiço da Santa. Assim, os leitores seriam os moradores da cidade, especialmente e quem mais se interessasse pelo assunto.

Em seguida, entreguei aos alunos a folha com seus textos e outra em branco para que procedessem a reescrita. Do total de 32 alunos que estavam na sala, 27 reescreveram os textos, alguns só melhoraram a letra, outros consertaram ortografia, e poucos acrescentaram informações novas. Os textos foram digitados para a análise com a reprodução fiel da escrita de cada aluno, preservando-se inclusive os desvios ortográficos e de convenção de escrita.

Após a reescrita, os alunos agradeceram pelos momentos, destacando os pontos positivos e negativos da pesquisa. Alguns se desculparam por não terem podido participar tão ativamente quanto desejavam. Também agradei pela participação e despedi-me.

4.4 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A delimitação do *corpus* é uma etapa bastante importante da pesquisa e ocorre quando já se está de posse do material coletado, então o pesquisador deve submeter esse material a uma verificação para selecionar aqueles que vão ao encontro das pretensões da pesquisa. Além disso, alguns outros aspectos são observados no decorrer da intervenção que nos levam a uma delimitação dos sujeitos participantes e conseqüentemente um afinamento do corpus.

A princípio destaquemos os critérios usados no momento da intervenção que influenciaram na constituição do *corpus*. Vale salientar que nosso universo de estudo foi uma turma de 9º ano, composta por 35 (trinta e cinco) alunos, no entanto, não foram todos esses 35 (trinta e cinco) alunos que se tornaram sujeitos participantes da nossa pesquisa, devido a diversos fatores, como por exemplo, o fato de alguns deles trabalharem no contraturno ao qual estudavam e não terem tempo para se dedicar aos encaminhamentos que eram feitos. Por conseguinte, esse aspecto influenciou diretamente nos critérios de seleção, pois algumas atividades solicitadas dispensavam tempo para serem realizadas. Tal aspecto refletiu diretamente na seleção dos sujeitos participantes, uma vez que para definir o total de participantes, consideramos critérios relevantes: (i) o desejo de fazer parte da pesquisa; (ii) a frequência aos encontros em que ocorreram as orientações iniciais; (iii) o tempo, no turno contrário para pesquisar sobre a temática local que embasaria a escrita do artigo de opinião; (iiii) a presença nos dias em que ocorreu a produção dos textos.

Após a aplicação desses quatro critérios contávamos com 23 (vinte e três) alunos, dos 35 (trinta e cinco) que compunham a turma, para participar efetivamente da pesquisa. Cabe frisar, no entanto, que todos os textos produzidos pela turma foram recolhidos, 32 (trinta e dois) textos no total (no dia da produção dos textos um aluno se recusou a fazer e dois faltaram). Então para definirmos o nosso corpus submetemos esses 32 (trinta e dois) textos a mais alguns critérios de seleção: (i) ser um artigo de opinião; (ii) tratar da temática solicitada (O sumiço da Santa); (iii) constar as categorias de análise as quais intencionávamos analisar.

Bauer e Aarts (2002), chamam a atenção para existência de dois tipos básicos de amostras: uma que eles denominam de probabilística, quando todas as partes de um todo tem a mesma probabilidade de serem selecionadas e uma outra não probabilística, na qual as amostras são selecionadas de acordo com a conveniência do pesquisador ou dos objetivos da investigação. Nesse sentido, realizamos a delimitação do nosso *corpus* levando em consideração o segundo apontamento – não probabilístico – tendo em vista que utilizamos, para a delimitação do corpus, os critérios já mencionados anteriormente para encontrar nossas categorias de análise, assim sendo, não foi uma escola aleatória. Em consequência, disso nosso corpus de análise se constitui de dez artigos de opinião produzidos por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental sobre a temática do Sumiço da Santa. Dessa forma, para facilitar a compreensão do leitor, sistematizamos os títulos dos textos e os autores no quadro a seguir:

Quadro 01 – Títulos dos artigos

CODIFICAÇÃO DOS TEXTOS ANALISADOS			
Nº	TÍTULO DO ARTIGO DE OPINIÃO	CÓDIGO	ALUNO
01	Da escuridão a justiça	T01	C.S.C.
02	A Santa Sumiu	T02	M.R.S.
03	O incrível roubo da santa	T03	V.L.F.L.
04	O roubo da santa	T04	D.K.F.N.
05	A santa valiosa	T05	K.D.N.
06	Caso da santa	T06	A.M.S.
07	O sumiço da santa	T07	S.L.S.
08	Tempo perdido, porém fé intacta	T08	L.C.L.
09	O desaparecimento da Santa	T09	T.B.M.
10	O caso da santa	T10	H.M.F.A.

Fonte: pesquisa dos autores

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DO *CORPUS*

Até aqui discorremos sobre objetivos, justificativas, teorização, metodologia, mas a partir de agora nos debruçaremos sobre como procedemos a análise do material coletado de forma a sistematizar esse material para torná-lo mais compreensível para nós e também para melhor apresentarmos ao leitor aquilo que encontramos.

Vale ressaltar que a análise está presente em vários estágios da investigação, no entanto ela se tornará mais sistemática e formal após o encerramento da coleta dos dados. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a análise envolve um trabalho com os dados que vai desde a divisão em unidade manipuláveis, sua organização até a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros.

Podemos afirmar que após o encerramento da coleta dos dados o pesquisador já tem mais ou menos a ideia das possíveis direções teóricas do estudo e então irá tentar agrupar o material coletado em categorias de análise para facilitar a interpretação. Essas categorias são fornecidas pelo referencial teórico que é quem aponta ao pesquisador as bases iniciais dos conceitos e estão em consonância com os objetivos pretendidos na pesquisa. Nesse sentido nossas categorias para procedemos a análise e interpretação dos dados serão: as teses reveladas pelos alunos, os valores e suas hierarquias, bem como os diferentes pontos de vista a partir da hierarquização de valores.

5 TESES E VALORES EM ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE O SUMIÇO DA SANTA

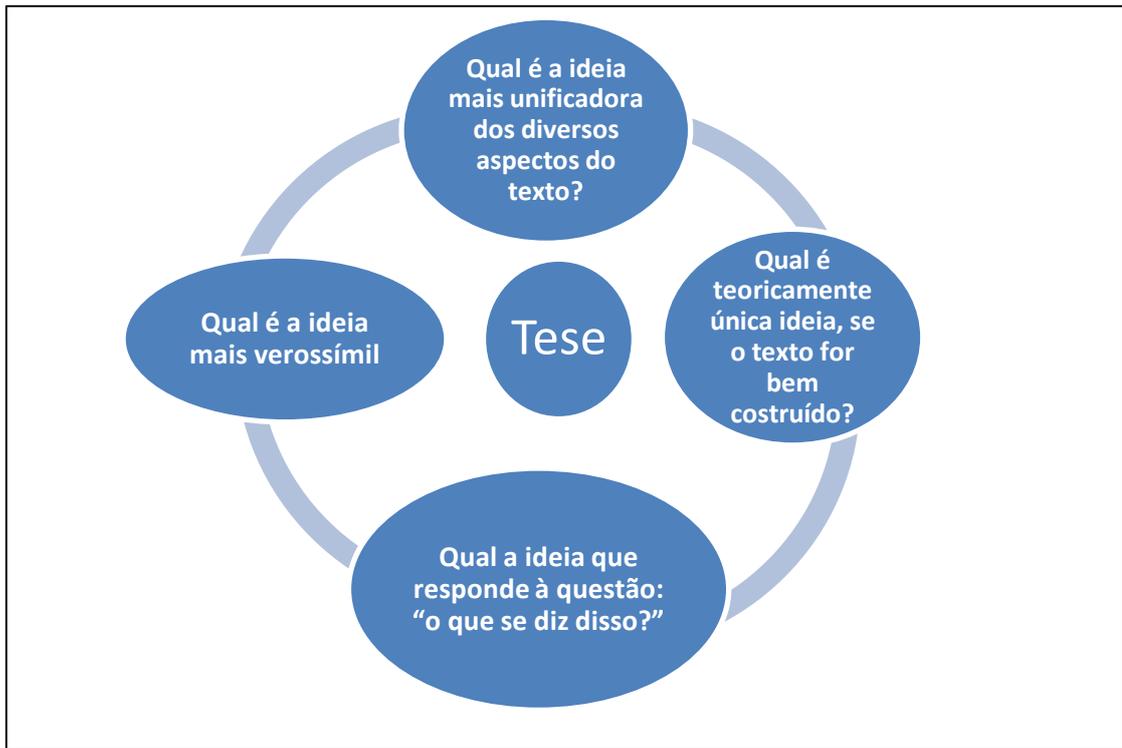
A partir de todas as discussões feitas até aqui, nos deteremos agora analisar o *corpus* coletado e selecionado, representado por 10 artigos de opinião escritos pelos alunos da turma na qual realizamos nossa intervenção. Vale salientar que nossa análise a princípio trará uma análise mais geral dos textos para em seguida fazer uma análise mais categorizada e direcionada a cada um dos textos.

5.1 UM OLHAR GERAL SOBRE OS DADOS.

Conforme foi especificado na nossa metodologia (item 1, gráfico 06), um dos nossos critérios para análise dos dados será encontrar nos textos dos alunos a tese central por eles defendida em cada artigo. Encontrar a tese em um texto não é tarefa fácil, mas como já dissemos no nosso capítulo teórico, é uma necessidade, pois ela assume uma função central no processo dialógico, nas interações discursivas que constituem, além dos mais toda argumentação vai apoiar-se nela.

Para ajudar na definição das teses, baseamos-nos nos critérios apresentados por Ide (2000) os quais já foram citamos anteriormente (subitem 2.2.1.)

Figura 06 Critérios para a definição da tese central



Fonte: Ide (2000)

Levando em consideração as respostas a essas quatro perguntas, elencamos no quadro abaixo as teses reveladas nos dez textos que nos propomos a analisar.

Quadro 02: As teses defendidas nos artigos

TEXTO	TESE
T1	A população deseja o esclarecimento da tragédia.
T2	Quem viola a lei tem pagar.
T3	A santa deve voltar para o lugar de onde nunca deveria ter saído.
T4	A população quer justiça e a santa de volta.
T5	A roubo abalou a fé das pessoas.
T6	A população deseja que a justiça seja feita.
T7	A população deve se unir para que a justiça seja feita.

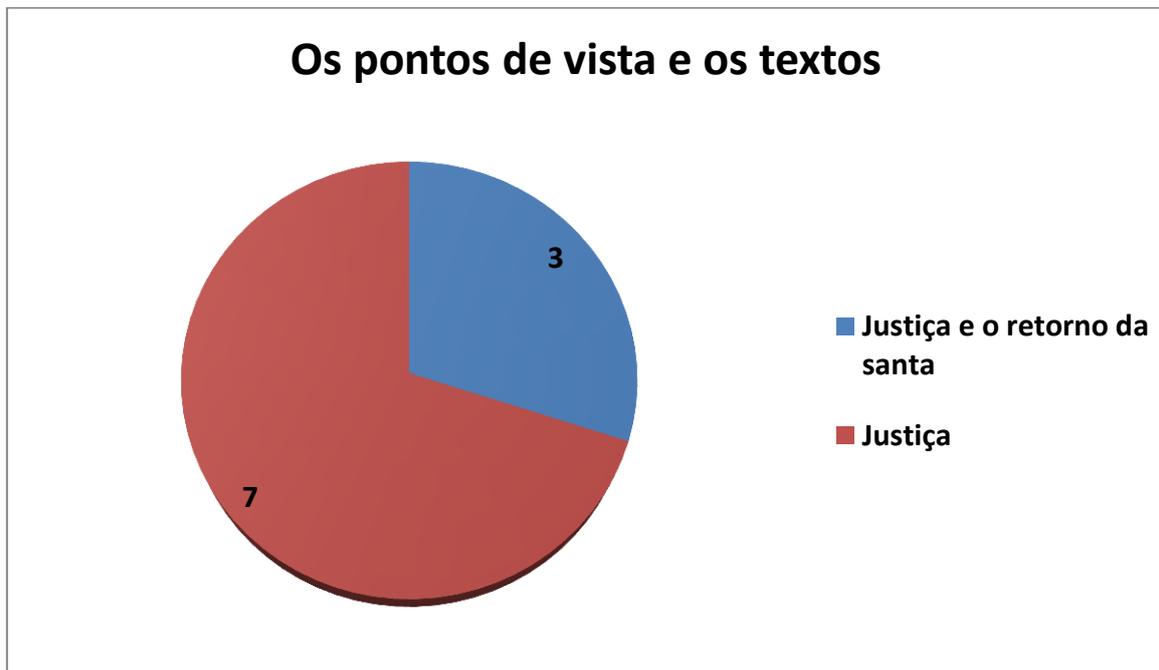
T8	As autoridades não deram a devida atenção ao caso.
T9	É necessário que medidas imediatas sejam tomadas.
T10	A fé independe de qual santa esteja no altar.

Fonte: dados da pesquisa

Observamos que as teses apresentadas pelos alunos em seus textos são muito semelhantes entre si, mas isso já era esperado, tendo em vista que a temática na qual se embasaram para a produção textual foi a mesma. Todavia, as informações presentes nos textos são diferentes considerando-se que as fontes de pesquisa de cada aluno foram diversificadas.

Outrossim, observamos ainda que embora haja semelhança nas teses apresentadas pelos alunos, há uma divergência entre elas quanto aos pontos de vista defendidos. Assim há os que defendem que a justiça seja feita e que a santa seja reencontrada e outros que defendem a justiça independente de reencontrar ou não a antiga imagem. Assim, esses textos apresentam orientações argumentativas diferentes. Observe o gráfico abaixo, uma análise geral quanto à defesa dos pontos de vista nos dez textos:

Gráfico 01: Os pontos de vista defendidos nos artigos de opinião



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a representação do gráfico, dos dez textos analisados, sete estão em consonância com um ponto de vista “Justiça”, os quais são T1, T2, T6, T7, T8, T9 e T10, e os outros três, T3, T4 e T5, convergem com o ponto de vista “Justiça e o retorno da santa” Cabe salientar, que para identificar a defesa por um ou outro ponto de vista, foi fundamental analisar a hierarquização dos valores feita nos textos, já que as teses eram semelhantes, foi essa hierarquização que nos permitiu analisar como se deu essa orientação argumentativa. Dessa forma, vejamos abaixo os valores revelados em cada um dos dez textos:

Quadro 03: Os valores reveladas nos artigos

TEXTO	VALORES REVELADOS
T1	JUSTIÇA E ESPERANÇA
T2	JUSTIÇA
T3	IMAGEM DA SANTA E JUSTIÇA
T4	JUSTIÇA E IMAGEM DA SANTA
T5	IMAGEM DA SANTA E FÉ
T6	JUSTIÇA E FÉ
T7	UNIÃO E JUSTIÇA
T8	FÉ E IMAGEM DA SANTA
T9	JUSTIÇA E FÉ
T10	FÉ E IMAGEM DA SANTA.

Fonte: dados da pesquisa

Como já discutimos, os valores, na teoria da argumentação, estão ligados à emoção, tendo em vista que os seres, aos quais a argumentação se dirige, são ao mesmo tempo racionais e emocionais. Dessa forma, observamos no discurso dos alunos, a mobilização de valores que visam convencer o auditório ao qual os textos se destinam. Dessa forma, percebemos que os valores revelados nos textos são quase os mesmos em todos os discursos: a imagem da santa como um valor concreto; a justiça, a fé, e a esperança representando os valores abstratos. Contudo o que vai diferir entre eles, e a hierarquização, pois estas variam de pessoa para pessoa, em função da cultura, das ideologias e da própria história pessoal. Num processo persuasivo, o que caracteriza um auditório não são os valores que ele admite, mas

como ele os hierarquiza, conseqüentemente essas hierarquizações chega a ser, às vezes, até mais importante do que os próprios valores em si.

Nesse sentido, é justamente essa hierarquização de valores que irá direcionar os textos para a defesa de pontos de vista distintos. Temos teses semelhantes, os mesmos valores revelados, mas hierarquias diferentes, conseqüentemente pontos de vista diferentes. Por isso, a seguir faremos uma análise mais específica dos dados.

5.2 ESPECIFICANDO AS ANÁLISES

Nosso *corpus* revelou que para a defesa dos seus pontos de vista, os alunos recorreram aos mesmos valores, mas os hierarquizaram de forma distinta, o que provocou diferentes direcionamentos argumentativos. Isso corrobora a ideia de Perelman e Tyteca (2005) de que, do ponto de vista da estrutura da argumentação a hierarquização dos valores é mais importante do que os próprios valores.

Portanto, neste subtópico trataremos de estabelecer a relação entre a hierarquização de valores e a defesa e pontos de vista. Para isso, agrupamos os textos considerando os que defendem, a partir da mesma hierarquização valorativa, o mesmo ponto de vista. Assim:

Quadro 4: Os textos dos alunos e os diferentes pontos de vista

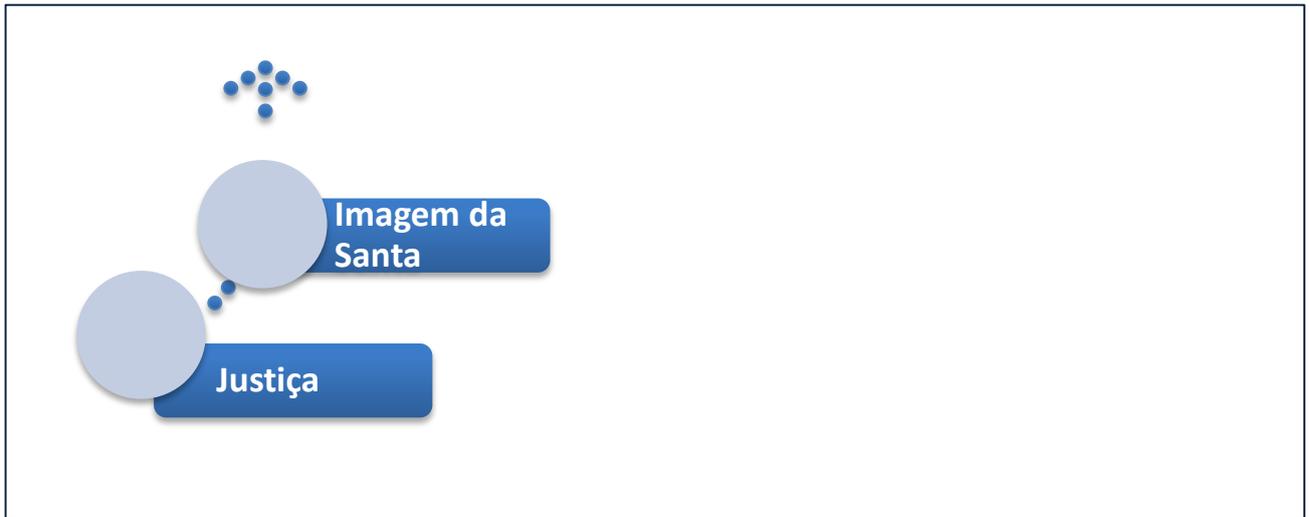
PONTO DE VISTA	TEXTOS
Justiça e a santa de volta	T3, T4, T5
Justiça sem a santa de volta	T1, T2, T6, T7, T8, T9, T10

Fonte: dados da pesquisa

5.2.1 Hierarquia de valores pela justiça e retorno da santa.

Os textos agrupados aqui seguem, em geral, a mesma hierarquia valorativa, a qual tem como topo da hierarquia a imagem da santa, ao passo que reivindicam o seu retorno, e na base da hierarquia a justiça, que embora também seja defendida, funciona como um valor secundário, devido a maior importância ser dada ao retorno da imagem. Dessa forma, a hierarquia valorativa de T3, T4 e T5 pode ser representada da seguinte maneira:

Figura 07: Hierarquização dos valores revelados em T3, T4 e T5



Fonte: pesquisa dos autores

A hierarquização valorativa pode ser determinada por vários fatores, dentre os quais podemos destacar: a história pessoal, as crenças, as ideologias. Nesse sentido, observamos no discurso dos alunos que essa hierarquização se estabeleceu a partir de preceitos enraizados, que foram pré-estabelecidos pela comunidade na qual convivem. A influência religiosa é uma das primeiras a ser estabelecida entre pais e filhos e ela perdura até que os jovens tenham maturidade o suficiente para discernir e resolver se permanecem seguindo tais preceitos, ou procuram outros que melhor se adequam a sua personalidade.

Dessa forma, observamos nos discursos presentes nos textos analisados um reflexo dessa influência, que direciona os alunos a seguirem uma orientação religiosa preponderante na cidade. Observemos abaixo um trecho retirado de T3, que corrobora essa afirmação.

Excerto 01

Não só eu mais todos os serranegrenses querem que ela volte para abençoar mais ainda a cidade, eu tenho muita fé e esperança que um dia ela volte pro lugar e o único lugar que ela nunca deveria ou poderia ter saído.

(T3- V.L.F.L.-9º ano)

O aluno em T3 defende seu posicionamento e faz questão de deixar claro que não é um posicionamento apenas seu, ao proferir “*Não só eu mais todos os serranegrenses querem que ela volte*”. Além disso, é bem enfático ao defender a volta da santa para o lugar de onde

nunca deveria ter saído. Confirmando, dessa maneira, seu ponto de vista acerca do retorno da imagem da santa a cidade.

Em T3 ainda teremos a defesa da justiça, quando o aluno aponta um possível encaminhamento que poderia ser realizado para a elucidação do caso.

Excerto 02

Uma coisa que deveria ou poderia ser feita pra resolver esse caso é pesquisar mais culpados pelo roubo e esclarecer para a população algumas perguntas que não foram respondidas.

(T3- V.L.F.L.-9º ano)

O valor abstrato da justiça é mobilizado secundariamente, pois para este aluno o mais importante é que santa volte, dessa maneira seu ponto de vista está ancorado no valor concreto da imagem da santa.

O T4 de título *O roubo da santa* também defende um ponto de vista acerca da volta da santa para a cidade, situando também a imagem no topo da hierarquia de valor. Observamos ainda que tanto em T3 quanto em T4 o frases “*que ela volte para a cidade de onde nunca deveria ter saído*” se repete. Isso afirma a convergência entre os pontos de vista nos dois textos.

Ainda, como em T3, é feita menção a justiça, mas esta não é concebida como valor principal. Vejamos no excerto abaixo:

Excerto 03

Na verdade o que queremos é justiça, queremos a santa de volta, sentimos o desejo de justiça, esse foi mais um dos casos como muitos outros que foram injustiçados.

(T4- D.K.F.N. – 9º ANO)

T5, intitulado *A santa valiosa*, apesar de também defender o mesmo ponto de vista de T3 e T4, apresenta uma valorização à imagem diferente da que fora feita nos outros dois. Em T3 e T4 o valor da santa está ligado à fé das pessoas, portanto, direcionado para a religiosidade. Já em T5, podemos ver que há uma valorização monetária da santa, pois segundo o aluno “*A santa além de representar a fé do povo de Serra Negra, era muito*

valiosa, pois todos dizem que ela era coberta de ouro.” Como bem diz o aluno, a santa representava a fé, mas era valiosa não por isso, mas sim por ser coberta de ouro.

Ainda conforme o aluno, o valor abstrato da fé está atrelado ao valor concreto da imagem da santa, pois segundo ele, a fé das pessoas ficou abalada depois do roubo. Vejamos o excerto abaixo, no qual o aluno traz essa ideia.

Excerto 04

Acredito que as autoridades não deveriam ter deixado de resolver esse caso, pois a santa valia muito dinheiro, e isso abalou também a fé das pessoas, muitas se tornaram evangélicas a partir do ocorrido.

ano)

(T5- K.D.N.- 9º

O roubo da santa fez com que vários fieis procurassem outra religião, como bem deixa claro no excerto 04 quando diz “*muitas se tornaram evangélicas a partir do ocorrido.*” Para este a fé não é um valor independente, ele está relacionado à imagem e mais ainda à imagem ornada em ouro. Partindo dessa opinião, o aluno ao defender a justiça, o faz como sendo um motivo para que a fé das pessoas seja reestabelecida.

Excerto 05

Por isso para que a fé possa voltar ao povo é preciso fazer justiça e trazer a santa de volta para seu lugar na igreja.

(T5- K.D.N.- 9º ano)

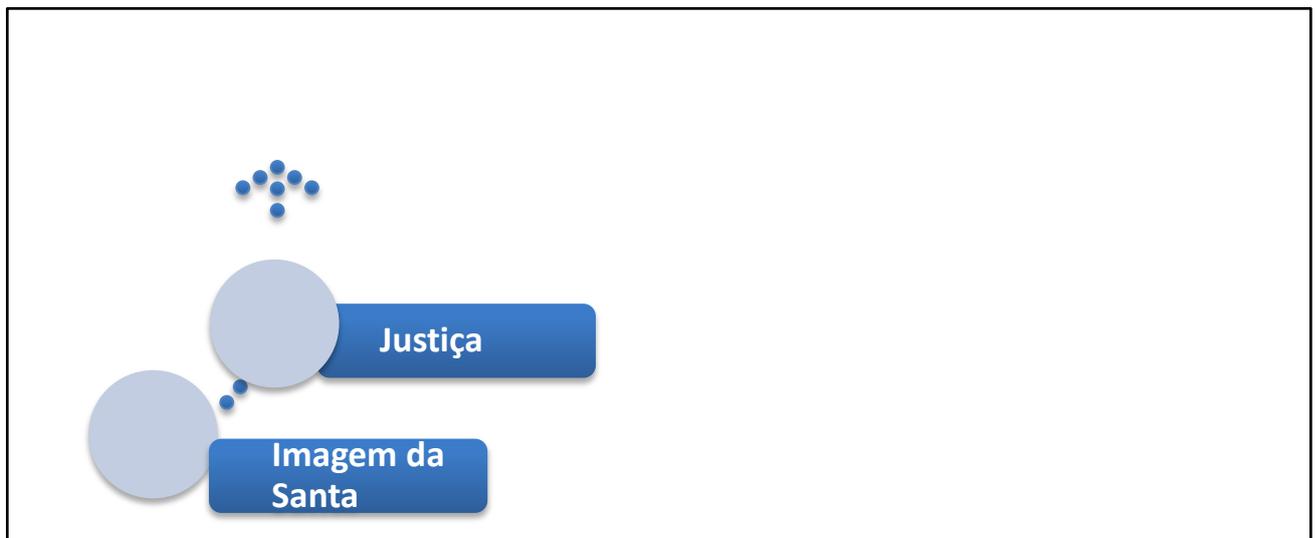
Em T5, mais ainda, do que nos outros dois textos que tem como ponto de vista a justiça e o retorno da santa, fica clara a hierarquização de valor tendo a imagem como valor principal e a justiça apresentada de forma secundária.

Dessa forma, a partir dos três textos analisados aqui, vimos como a hierarquização dos valores é fundamental para a defesa do ponto de vista nos textos. No próximo subtópico, analisaremos os demais textos que diferentemente destes, direcionam sua argumentação apenas para justiça.

5.2.2 Hierarquia de valores pela justiça.

No subtópico anterior, agrupamos os três textos, entre os dez analisados, que apresentaram o mesmo ponto de vista. Neste, agruparemos os demais textos, que defendem o ponto de vista em favor da justiça, sem necessariamente, exigir o retorno da imagem. Assim, os sete (T1, T2, T6, T7, T8, T9, T10) aqui agrupados apresentam a seguinte hierarquização de valores:

Gráfico 08: Hierarquização dos valores revelados em T1, T2, T6, T7, T8, T9, T10



Fonte: pesquisa dos autores

Dessa forma, esses textos apresentaram um distanciamento da ideia de que a fé esteja relacionada à imagem que a representa. O discurso desses alunos, embora imbuídos também de valores ligados à religiosidade, apresentam de forma dominante o valor da justiça para defender seu ponto de vista. Para a maioria deles a imagem da santa que passou a ocupar o lugar da outra representa a fé dos munícipes.

T1 traz como título *Da escuridão a justiça*, assim já remetendo ao que irá defender em seu texto. A tese central da sua argumentação “*A população deseja o esclarecimento da tragédia*” também ancora seu ponto de vista de ter a justiça como preponderante. O aluno

denomina o acontecido como sendo um caso inacreditável e relata que atualmente as pessoas preferem não tocar mais nesse assunto, seja por medo ou por não querer lembrar o doloroso acontecimento.

Excerto 06

Levando em conta esse fato já vem perturbando e abalando nossa cidade há muito tempo. A população deseja que essa tragédia seja esclarecida, nos dias de hoje, mesmo que a santa não volte mais para a igreja. Com o mesmo pensamento também temos nosso diácono Moacyr ele diz que há não tem mais esperança ou até mesmo não acredita que isso possa se resolver. Mesmo sem esperança a população espera por justiça e esclarecimento justificáveis.

(T1- C.S.C.- 9º ano)

Segundo a aluna, a população deseja o esclarecimento do caso, mesmo sem esperança de que a santa volte para a igreja. Consequentemente, observa-se uma valorização da justiça em detrimento à imagem. Ainda para sustentar a ideia de que a população perdeu esperança de ter a santa de volta, ela recorre ao argumento de autoridade, aqui representado pelo Diácono Moacyr o qual também, segundo a aluna, não tem mais esperança de que a santa seja encontrada. O diácono Moacyr funciona, nesse sentido como uma autoridade, por ter vivenciado o episódio do roubo da santa e ser na cidade uma referência quando se quer tratar do assunto. Logo, a aluna vale-se dele para ancorar esse posicionamento. Perelman e Tyteca (2005) denominam isso de argumento de autoridade, o qual é usado para conferir maior credibilidade ao que se diz.

O texto 02 chama a atenção por apresentar em sua constituição duas vozes visivelmente distintas: a primeira que reproduz o discurso dos munícipes de forma bem genéricas, quando afirma-se *“O Roubo da Santa Nossa Senhora do Ó que aconteceu em Serra Negra do Norte e nunca foi resolvido os devotos à santa chorão ate hoje o roubo da santa e clamão por justiça.”*

e outra que diverge desse pensamento apresentado a priori, que é a voz do autor do texto ao proferir:

Excerto 07:

Eu não estou tão a fim de que a santa volte mais eu penso que quem viola a lei tem que pagar então quero achar o culpado questão de justiça , não de amor pela santa.

(T2- M.R.S.- 9º ano)

Observamos claramente essa diferença pela mudança da pessoa discursiva, no Exceto 04 a primeira pessoa do plural e no Excerto 05 a primeira pessoa do singular. Observe-se que o autor reproduz em seu texto uma ideia que, provavelmente, está habituado a ouvir, mas não é a ideia com a qual ele concorda, no entanto, tem a consciência de que para haver uma efetiva argumentação não se pode descartar o pensamento do auditório para o qual irá se dirigir, isso confirma o pensamento de Perelman e Olbrechts-tyteca (2005) de que o orador para atingir o seu objetivo é obrigado a adaptar-se ao seu auditório. Por isso sua argumentação está direcionada a elucidação do caso, como uma forma de fazer justiça, baseada na tese de que *“Quem viola a lei tem que pagar”*.

Para haver argumentação, é necessário ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação. Admitir que para persuadir, é necessário pensar nos argumentos que podem influenciar. Nesse sentido, observamos que não há no discurso no aluno nenhuma valorização a fé ou a imagem da santa como outros alunos fizeram, pois ele não compartilha desse pensamento, mas não os condena e prefere centrar sua defesa na busca pela justiça.

O aluno, em T6, inicialmente faz um breve relato do acontecido, destacando a figura de Dona Maria do Anjos, que fora a primeira a constatar o desaparecimento da santa. Logo em seguida, ele direciona seu discurso para a defesa da tese de que a população deseja que a justiça seja feita. Como podemos observar no excerto abaixo:

Excerto 08:

Hoje em dia o que nos resta é o desejo que a justiça seja feita, pois não temos mais fé de que a santa possa voltar. Minha opinião é que em tantos anos depois mesmo o acontecido só tem um culpado a polícia não investiga mais o caso, mas agora nós alunos do (ABC) Arthéphio Bezerra da Cunha se reunimos para falar mais sobre o caso e pedir que as autoridades voltem a persistir no caso para saber no mínimo onde ela estar se vai voltar um dia, ou descobrir quem foi e fazer justiça.

(T6- A.M.S.- 9º ano)

Observe-se que ao longo de todo o excerto aluno enfatiza o valor da justiça. Ele não diz claramente, como foi dito em T2, que não quer que a santa volte, todavia, detém-se a dizer que não tem mais fé de que ela possa voltar. Dessa forma, observamos que em T6 também temos uma hierarquização de valores baseada na justiça como sendo seu valor principal.

Ainda sobre esse mesmo ponto de vista, temos o T7 que se inicia traçando, para situar o leitor a respeito do caso, um breve percurso histórico da existência da santa no município, que vai desde a construção da capela, passando pelo roubo e alguns momentos vivenciados após o acontecido, como, por exemplo, a primeira procissão sem a imagem da santa. Além disso, seu discurso é marcado por fortes indícios de religiosidade como podemos observar no trecho *“Apesar de ter muita fé acredito que a santa não voltará mais para nossa cidade”*. O aluno destaca não só sua fé, mas a fé de toda a população. A tese defendida por ele recai também sobre o desejo de que a justiça seja feita, dando ênfase à união dos munícipes para que isso aconteça. Vejamos no excerto abaixo:

Excerto 09:

Apesar de ter muita fé acredito que a santa não voltará mais para nossa cidade, mas desejo que as autoridades volte a rever esse caso e comece a investigar. Mas acho que para isso é necessário haver uma mobilização de toda a população pedindo que a justiça seja feita. Não queremos que a santa volte, pois a que está em seu lugar representa nossa fé. Queremos apenas que a justiça seja feita e que os culpados sejam punidos. Para isso precisamos de união.

(T7- S.L.S.- 9º ano)

O aluno deixa claro seu desejo de que as autoridades voltem a investigar o caso, para que a justiça seja feita. Para este aluno, o valor abstrato da fé, não está ligado ao valor concreto da imagem da santa, por isso defende: *“Não queremos que a santa volte, pois a que está em seu lugar representa nossa fé”*. Segundo ele, a fé é independente de qualquer imagem que a represente, no entanto, ainda conforme seu discurso é necessário que a justiça seja feita e que os culpados sejam punidos. Dessa forma, a hierarquização dos valores em defesa do ponto de vista que ele defende é bem perceptível e enfática.

Ainda com esse tom taxativo e mais ainda acusador, temos o discurso do aluno em T8, tendo em vista que a tese principal defendida no texto aponta as autoridades locais como sendo culpadas pela não resolução do caso. Segundo o aluno, havia indícios suficientes para

que a justiça tivesse sido feita, mas a autoridades não deram a devida importância. Ao longo do texto essa ideia é recorrente como podemos observar no excerto abaixo:

Excerto 10:

(...)Diante de tal fato, as autoridades locais não deram a real importância ao caso, deixando seus habitantes esperançosos até hoje de uma possível volta. Na época várias pessoas foram suspeitas, porém uma foi acusada, apreendida e chegou a ser presa. No entanto, nada sobre o paradeiro da santa foi informado, parecendo mais uma forma de enrolação das autoridades para com os devotos.(...) Diante das digitais encontradas e da percepção rápida do roubo, o furto da imagem era para ser um caso rápido e de fácil solução. Atualmente diante de mais de 40 anos acho difícil achar a santa e trazerem novamente a cidade. Chegando assim a um dos únicos culpados: as autoridades locais que não deram a merecida assistência ao caso.

(T8- L.C.L.- 9º ano)

Notamos que o discurso nesse trecho é permeado pela defesa de que a falta de justiça se deu pela inoperância das autoridades com relação ao caso. No entanto, apesar de todo esse discurso enfático o aluno encerra seu texto de modo a surpreender o leitor, quando diz:

Excerto 11:

Assim sendo, para os que conheceram a santa, resta apenas a lembrança, e para a juventude atual sobra as histórias e relatos sobre o caso. Mesmo com sentimentos opostos, o que une a população é a fé em Deus e em Nossa Senhora Do Ó. Afinal, a imagem não define fé de ninguém.

(T8- L.C.L.- 9º ano)

Essa construção argumentativa surpreende o leitor ao passo que traz uma reflexão contundente sobre a relação entre fé e imagem de santos, essa reflexão culmina com a ideia de que a fé independe da imagem que a represente e põe, assim, o valor da justiça como preponderante em seu discurso.

Em T9 são mobilizados valores como justiça e união, tendo a justiça como topo na hierarquia. De acordo com este aluno, a justiça deveria acontecer de qualquer forma e partindo das autoridades, já a união da população funcionaria como um elemento a mais para essa busca por justiça. Observemos o excerto:

Excerto 12:

Deveria haver uma preocupação maior com o tal roubo, pessoas deveriam ser punidas, autoridades e a população em geral também eram para se empenhar nesse “mistério”. Algo tem que ser criado imediatamente em prol de Nossa Senhora do Ó, por exemplo, uma rádio, um jornal, um blog, etc. quaisquer coisa que possa levar ao responsável por esse crime. Para alguns somente um furto, para outros o sumiço da tão sagrada imagem.

(T9- T.B.M.- 9º ano)

O discurso deste aluno traz uma série de possíveis soluções para a resolução do caso, remetendo sempre à ideia de justiça, como também podemos observar no trecho ‘Deveria haver uma preocupação maior com o tal roubo, pessoas deveriam ser punidas, autoridades e a população em geral também eram para se empenhar nesse “mistério”.’ Assim, comprovando a preponderância do valor da justiça sobre o valor da imagem da santa. Para corroborar a ideia defendida ao longo de todo o texto, o aluno conclui dizendo:

Excerto 13:

Conclui-se, se ninguém tomar providências agora, depois vai ser tarde demais, particularmente não tenho fé que a santa volte, mais o sentimento de Justiça fica dentro de todo serranegrense independente da religião pois ao roubarem a santa tiraram também um pedacinho de Serra Negra.

(T9- T.B.M.- 9º ano)

Para este aluno, o sentimento de justiça não está ligado apenas aos católicos, devotos da santa, mas sim a todos os munícipes, independente de religião.

Finalmente em T10, o aluno ao fazer uma análise da situação ocorrida, direciona seu discurso num viés pessimista de não resolução do caso, destaca ainda que houve suspeitos e acusados na época, mas ninguém fora condenado. O aluno enfatiza também que embora houvesse um sentimento de justiça, por parte da população, estes preferiram não tocar muito no assunto. Nesse sentido sua tese direciona-se na defesa de um conformismo.

Excerto 14:

Mesmo com toda fé e devoção dos que pôde ver a santa, e da juventude que não teve esse prazer, boa parte da população teme que ela não volte, pois mesmo diante de tantos anos após o roubo, não se sabe nenhum paradeiro de onde possa estar. Mas para quem pôde vê-la, fica a lembrança e a saudade, e para os jovens de hoje restam as histórias e a principal que é a nossa fé e devoção, indepedente de qual santa esteja no altar.

(T10- H.MF.A.- 9º ano)

Partindo da premissa que a população não exigiu a elucidação do caso, o aluno apresenta a tese de que a fé a devoção independem de qual santa esteja no altar. Colocando os valores da fé e da devoção como independente do valor concreto da imagem da santa.

Após fazermos as análises dos artigos, verificamos o quanto os valores interferem na argumentação, refutando a ideia apresentada pelo senso comum de que “o homem é um ser racional”. Observamos que, apesar da racionalidade, o ser humano deixa-se envolver pelas emoções, tornando-se também um ser emocional. Essa questão de deixar-se influenciar pelas emoções reflete diretamente na argumentação, tendo em vista que o orador usa as técnicas retóricas para persuadir/convencer um auditório formado por esses espíritos (dos seres racionais e emocionais).

Outro ponto que queremos retomar é quanto a hierarquização dos valores, a partir das análises feitas neste trabalho, temos a comprovação da ideia de Perelman e Tyteca (2005) quando os autores afirmavam que do ponto de vista da estrutura da argumentação, a hierarquização de valores é mais importante do que os próprios valores. Confirmamos isso, ao observar que nos dez textos analisados, os valores revelados foram quase os mesmos em todos os textos. No entanto, as diferentes formas de hierarquizar esses valores, direcionaram os alunos a defenderem dois pontos de vista distintos. Outrossim, verificamos que a defesa desses pontos de vista refletem no discurso dos alunos as perspectivas defendidas pela comunidade, como bem falamos na introdução.

5.3 REFLEXÕES SOBRE A ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para concluir essas análises, faz-se necessário tecer reflexões acerca do processo de ensino e aprendizagem do texto argumentativo em sala de aula, tendo em vista que alguns

teóricos julgam os alunos do ensino fundamental sem a devida maturidade para dominar a escrita do texto argumentativo.

No entanto, a partir do que analisamos neste trabalho chegamos a uma conclusão que vai de encontro a esse pensamento, ao passo que a partir de nossa atividade planejada, sistematizada e posta em prática através das oficinas, os alunos conseguiram produzir textos argumentativos, com teses e pontos de vista claros, sustentados por valores socialmente constituídos, podendo assim usar a linguagem para interferir diretamente em questões do seu meio social.

Nesse sentido, nosso pensamento está em consonância com o de Ferro (1997), pois que para este autor o trabalho com a argumentação desde os primeiros de vida escolar justifica-se não somente pelas habilidades que esse conteúdo envolve, mas também por constituir-se numa forma de exercício da cidadania, na medida em que os alunos tornam-se conscientes das possibilidades argumentativas, tanto no nível oral quanto escrito.

Assim, embora consideremos a argumentatividade como sendo algo intrínseco à linguagem, acreditamos que o uso dessa argumentação, especialmente em textos escritos, não surge naturalmente, ele é adquirido através da prática. Consequentemente apontamos para a necessidade de a argumentação tornar-se objeto de estudo e desta forma, um conteúdo a ser ensinado e aprendido nas escolas.

A partir desse posicionamento, acreditamos que quanto mais cedo tivermos a sistematização desse conhecimento, em sala de aula, mais teremos condições de formar bons redatores do texto argumentativo, todavia destacamos que essa sistematização precisa ser baseada em uma compreensão da língua como processo de interação, para que a habilidade de argumentar seja desenvolvida dentro e fora da escola, para os mais diversos fins.

Chegamos a essa conclusão, devido observamos que, mesmo todo o planejamento e direcionamento, os alunos envolvidos na pesquisa reclamavam quanto à escrita do texto argumentativo, dizendo que não sabiam, não conseguiriam, que era muito difícil, que só sabiam escrever carta etc. Foram reclamações das mais diversas naturezas, no momento da escrita. Mesmo estando envolvidos com a pesquisa, dominando o assunto sobre o qual iriam escrever, eles relutaram com a justificativa de não dominarem a escrita desse gênero. Muitos deles afirmaram nunca ter ouvido falar do gênero artigo de opinião antes.

Isso acontece porque a escola de nível fundamental tem uma primazia quase que absoluta pelo trabalho com textos da ordem do narrar, deixando de lado a argumentação que também existe na argumentação e os demais gêneros que são predominantemente

argumentativos como: artigo de opinião, carta argumentativa etc. Dessa forma, a escola de ensino fundamental atribui ao ensino médio a tarefa de sistematizar o ensino da argumentação, o que reflete nos péssimos resultados de provas como o Enem, por exemplo. Tendo em vista que é muito mais difícil para o ensino médio sanar uma dificuldade que precisaria ser tida como um processo adquirido ano a ano desde o nível infantil.

6 CONCLUSÃO

A escolha do objeto de estudo deste trabalho levou em consideração a experiência como professora de Língua Portuguesa do ensino fundamental. Assim, partimos da observação da dificuldade enfrentada pelos alunos, ao produzirem textos argumentativos escritos. Observamos que os alunos sentiam-se desmotivados para escrever sobre temáticas propostas pelo livro didático, pois estas estavam aquém de sua realidade.

A partir dessa problemática, partimos para nossa pesquisa bibliográfica com vistas a se inteirar sobre o assunto, conhecendo novos conceitos e novas propostas de ensino. Munidos de conhecimento teórico acerca da produção textual e da argumentação, elaboramos nosso plano de intervenção, sob uma perspectiva diferente daquela proposta pelos manuais didáticos. Por conseguinte, nossa primeira orientação seria a de tentar estimular a escrita, tendo como temática um assunto da localidade.

Vale salientar que a opção por ter como ponto de partida da pesquisa a elaboração e execução de um plano de intervenção em sala de aula é uma orientação do programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Assim o professor precisa partir justamente de sua experiência e dificuldades suas e dos alunos, para propor uma nova metodologia de trabalho, com ações que visem sanar a problemática por ele constatada. Desse modo, elaboramos nosso plano de intervenção sobre produção textual, tendo como temática um assunto polêmico da localidade dos alunos. A intervenção foi realizado ao longo de seis oficinas, cada uma com 2h/aula de duração, distribuídas durante seis semanas. O trabalho realizado ao longo dessas seis oficinas foi sendo melhor e mais revelador ao longo de cada semana. O envolvimento e interesse dos alunos funcionaram como um incentivo para impulsionar nossa prática docente.

Queremos destacar ainda que quando exaltamos os aspectos positivos deste trabalho não estamos deixando de considerar que ele também teve algumas limitações. Entre os trinta e cinco alunos que estavam matriculados na turma, tivemos aqueles que não participaram, aqueles que participaram apenas parcialmente. Atribuímos isso a fatores externos ao ambiente escolar, que não podem deixar de ser considerados, tais como o perfil socioeconômico dos alunos, alguns deles, apesar da pouca idade, já trabalhavam no turno contrário para ajudar financeiramente a família, outros problemas advindos de questões familiares que acabam por interferir diretamente no desempenho de aula. No entanto, ter a maioria dos alunos

envolvidos na atividade de forma ativa e participante, já nos mostrava que estávamos no caminho certo.

Em nosso trabalho foi de grande relevância social uma vez que levamos os alunos a refletir sobre o seu contexto sociocultural e também sobre de que forma o uso da linguagem pode levá-lo a participar de forma ativa e decisiva nas questões relacionadas a sua comunidade. Dessa forma, ao ultrapassarmos os muros da escola, possibilitamos aos alunos o desenvolvimento de práticas de escrita associadas ao universo cultural por meio da produção textual.

Logo, analisamos, ao final, que a produção textual foi instigante e desafiadora, à medida que levou para a sala de aula opiniões divergentes, que precisavam ser defendidas por meio da argumentação escrita. Essa divergência de opiniões também ia além da escola, pois era de conhecimentos dos munícipes, portanto os alunos também iriam precisar convencê-los. Consequentemente, a escrita dos textos foi um processo no qual precisou-se construir ideias, buscar palavras, progredir, superar as dificuldades e principalmente ter prazer pela realização da etapas.

Outrossim, além de procurar uma forma de melhorar a qualidade dos textos escritos pelos alunos, também tivemos como propósito neste trabalho discutir a argumentação e o seu ensino em aulas de Língua portuguesa. Para isso, em nosso terceiro capítulo abordamos concepções de diferentes teóricos acerca da discussão sobre o ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade, as orientações dos PCNs, e também sobre o ensino do texto argumentativo. Partindo dessas discussões e considerando as análises dos textos escritos pelos sujeitos nesta pesquisa, concluímos que a sala de aula pode se constituir num espaço para o ensino do texto argumentativo.

Todavia, destacamos ainda que, para que esse ensino ocorra de modo satisfatório, é fulcral que o professor planeje ações específicas e sistematizadas que desenvolvam nos alunos habilidade no tocante à argumentação escrita. Dessa forma, o professor funciona como elemento decisivo para o intermédio de ações que culminem na proficiência de textos argumentativos escritos.

Embora algumas situações surjam naturalmente no cotidiano da sala de aula, e o professor deva utilizá-las para o desenvolvimento dessas habilidades argumentativas, ainda se faz necessário o planejamento de outras atividades a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Dessa maneira, vale salientar que essas atividades precisam ser socialmente relevantes para os alunos, a fim de que eles possam perceber que o domínio da linguagem

interfere diretamente nas ações e decisões de sua comunidade. E que ele ainda compreenda a argumentação como sendo necessária ao homem, enquanto um ser social.

Ainda é importante salientar que apesar de nossa pesquisa ter incidido em uma turma de 9º ano, e sobre um gênero predominantemente argumentativo, que é o artigo de opinião, consideramos que o ensino do texto argumentativo deva ocorrer desde a educação infantil e partindo dos mais diversos gêneros textuais. Como resultado desse processo contínuo, considerando que a escrita é uma atividade que deve estar em constante aperfeiçoamento, teríamos a escola como agente intermediador para o desenvolvimento de competências argumentativas, possibilitando aos alunos usar a linguagem a seu favor dentro e fora da escola.

Com efeito, percebemos que o desenvolvimento das oficinas foi fundamental para se alcançar o que pretendíamos. Destaquemos ainda a importância da temática do “sumiço da santa” para motivar a escrita dos textos. Como resultado disso, constatamos um maior envolvimento dos alunos, ao verem a partir da proposta de escrita apresentada uma forma de participar ativamente na sociedade. Podendo influenciar na opinião e no posicionamento dos demais munícipes.

Ademais, ainda em diálogo com nossas questões de pesquisa, tencionávamos encontrar as teses defendidas nos artigos, os valores revelados pelos alunos e a hierarquização desses valores em defesa dessa tese. Dessa maneira, a partir da análise dos dez textos, observamos que houve uma semelhança entre teses defendidas e valores revelados pelos alunos. Todavia, a forma como esses valores foram hierarquizados revelou pontos de vista distintos.

Os dois valores preponderantes nos textos/discursos dos alunos foram a justiça, como um valor abstrato e a imagem da santa como um valor concreto. No entanto, alguns trazem a justiça como topo da hierarquia, sem necessariamente exigir o retorno da santa. Enquanto outros exigem o retorno da santa, que seria o resultado da justiça feita contra os culpados.

Observamos assim, que por serem de uma pequena localidade, os valores socialmente construídos são os mesmos, mas isso não impede de os hierarquizá-los de forma diferentes para obter posicionamentos diferentes.

Diante de todas essas reflexões, queremos destacar ainda a importância que o Profletras teve para essa caminhada, bem como seu papel transformador, interferindo diretamente na vida pessoal e profissional do professor mestrando e conseqüentemente em

toda a comunidade na qual esse professor atua, trazendo implicações positivas e necessárias para a educação básica do país.

O programa de mestrado profissionalizante permite ao professor transformar seus conhecimentos empíricos em conhecimentos científicos, partindo de reflexões e encaminhamentos, visando, com isso, contribuir para a qualidade de ensino no país. Como já discutimos anteriormente, não há ninguém mais indicado do que o próprio professor para pesquisar, discutir e rever conceitos do processo de ensino, tendo em vista que a vivência diária torna-o um profundo conhecedor do caso.

Esse processo de formação para professores de Língua Portuguesa proposto pelo Profletras alia teoria e prática, tendo como resultado uma transformação nas práticas de sala de aula. O professor a partir das disciplinas vistas no decorrer do curso reflete sobre sua prática com vistas a propor uma atividade interventiva que contribua para a elevação dos índices de aprendizagem. Tendo como ponto de partida a intervenção, ele tem a oportunidade de analisar criticamente e cientificamente sua prática e ainda propor direcionamentos a fim de desenvolver competências e habilidades de uso da linguagem.

Dado o exposto, podemos confirmar que as pretensões do Profletras foram atingidas neste trabalho, ao passo que os caminhos percorridos até aqui nos transformaram enquanto pessoa e enquanto profissional. Esperamos ver a continuidade do programa e a longo prazo alcançarmos as melhorias desejadas na qualidade da Educação Básica do país.

Ainda é mister destacar a importância que este trabalho teve para a escola na qual ele foi desenvolvido. Levar os alunos a pesquisar, conhecer e refletir sobre um assunto da comunidade local motivou-os para a participação nas oficinas e para a escrita dos textos. Os alunos se viram atraídos pela possibilidade de a partir de experiências encontradas além dos muros da escola, reconhecer e valorizar sua história e cultura.

Por fim, queremos encerrar este trabalho não de forma conclusiva, mas sim de forma provisória, deixando abertas às possibilidades de discussões futuras acerca desta temática, tanto dentro no nosso Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET), mais especificamente à linha de pesquisa “Estudos dos processos argumentativos”, quanto fora dele, tendo em vista que as possibilidades investigativas dentro da sala de aula são quase inesgotáveis, por estarem sempre em constantes transformações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. **Lutar com palavras – Coesão e coerência**. 1ª edição. São Paulo:Parábola, 2005.
- _____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSTA, R. L. **Os profissionais de Letras e seus discursos: da constituição do ethos aos sentidos sobre o curso**. 171 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, 2010.
- COSTA, E. A. **argumentação e transformação em depoimentos de professores do campus de Pau dos Ferros**. 130 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, 2014.
- CUNHA, D. A. C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A.(orgs). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p.170-193.
- DANTAS, F. L. **Cultura popular e argumentação sobre a Lenda da Pedra da Moça no município de São Miguel/RN: das memórias do contador às produções textuais em sala de aula**. 172 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS). Departamento de Letras Vernáculas. Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia. Pau dos Ferros, 2015.
- DUARTE, R. H. **O processo argumentativo e a construção de sentidos em artigos acadêmicos sobre o ensino de língua portuguesa**. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, 2010.
- FERRO, R.T. **Discurso argumentativo: identificação de marcas argumentativas na produção escrita de alunos de 4ª série**. Campinas, 104 folhas. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Campina. Faculdade de Educação. Campinas, 1997.

- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- IDE, P. **A arte de pensar**. Tradução de P. NEVES. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. São Paulo: Ática, 2003.
- GIL, I. T. M. **Retórica e argumentação: continuidade e rupturas**. *Mathesis*, v. 14, p. 69-79, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- KOCH, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual: Gêneros textuais do argumentar e expor**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**-5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LAZAROTTO, C. C. **Argumento, Argumentação e Auditório Universal: a nova retórica de Perelman**., Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. 2009.
- LEAL, T.F.; MORAIS, A.G. de. **Argumentação em textos escritos: a criança e a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LEITÃO, S.; BANKS-LEITE, L. Argumentação na linguagem infantil: algumas abordagens. In Del RÉ, A. (org.). **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. São Paulo: Contexto, 2006, p.45-62.
- LEITÃO, S. O Lugar da Argumentação na Construção do Conhecimento em Sala de Aula. In: LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M.C. (Orgs.). **Argumentação na Escola: o conhecimento em construção**. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 13-46.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Costez, 2013.
- LIBERALI, F. C. **Argumentação em Contexto Escolar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.
- LIMA, E. P. **O ethos de professores universitários em discursos sobre o ensino de Língua Portuguesa**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2011.
- LOPES, A. P. **Narrativas andantes da passagem da “Coluna Prestes” pelo município de São Miguel/RN: contexto sociocultural e argumentação no ensino de língua portuguesa**. 201 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS). Departamento de Letras Vernáculas. Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia. Pau dos Ferros, 2015.

LÜDKE, M.; MARLI, E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 10 ed. São Paulo: EPU, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002,p.17-31.

_____.Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MEYER, M. **A retórica**. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Orgs). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 34 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, R. de C. D.; ARAUJO, L. A. S.. Resgate, memória e identidade da história serranegrense. In: **X Encontro Nacional de História Oral**, 2010, Recife. Caderno de Resumos - X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: história e política. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

ORSOLINI, M. A construção do discurso nas discussões em sala de aula: uma análise sequencial. In: PONTECORVO, C. ; AJELLO, A.M.; ZUCHERMAGLIO, C. **Discutindo se aprende**. Interação social, conhecimento e escola. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.123-144.

PERELMAN, C; TYTECA, L.O. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: Chirstian Plantin**. Tradução Marcos Marciolino. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

_____.Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**. 11: 5-16, 1999.

SOUZA, G. S.; ALVES, M. L. Argumentação em discursos sobre formação superior e atuação na área de letras: análise em relatórios de estágio supervisionado. In: **Revista Linha D'agua**. São Paulo, número 29/2, 2016. No prelo.

SOUZA, G. S. **O Nordeste na mídia: um (des)encontro de sentidos**. 2003, 398 p. Tese (doutoramento). Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2003.

_____. Argumentação no discurso: questões conceituais. In: FREITAS, A. C.; RODRIGUES, L. R.; SAMPAIO, M. L. **Linguagem, discurso, cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros - RN: Queima-bucha, 2008.

SOUZA, L.V.de. Gêneros Jornalísticos no letramento escolar inicial. In: DIONISIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A.(orgs). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p.63-79.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – *Imagem de Nossa Senhora do Ó desaparecida desde 1974*



(Fonte: acervo pessoal de Padre Gleiber de Medeiros)

APÊNDICE 02 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó – Serra Negra do Norte – RN



Fonte: Acervo da pesquisa

ANEXOS

Anexo 1 – A proposta de Produção Textual

Escola Municipal Arthépio Bezerra da Cunha

Série: _____ Turma: _____

Professora: Mara Rúbia

Aluno(A): _____

Proposta de Produção Textual

O catolicismo compõe os pilares formadores da sociedade brasileira, e nas cidades interioranas, a religiosidade católica é caracterizada, pela relação intimista e familiar entre devotos e santos. Um exemplo disso está na cidade de Serra Negra do Norte- RN, pequeno município localizado no interior do Rio Grande do Norte, distando 319 quilômetros da capital Natal. A constituição da cidade como temos atualmente se deu em torno de uma pequena capela fundada em 24 de agosto de 1735 por Manuel Pereira Monteiro e Filhos. Em um ato de prestígio o Tenente Coronel Francisco Antônio Medeiros, pai do vigário Sebastião Constantino de Medeiros mandara trazer de Portugal a imagem de Nossa Senhora do Ó e com ela veio o culto e a confiança à Santa.

No entanto, um evento ocorrido em 22 de julho de 1974 abalou toda a comunidade devota de Nossa Senhora do Ó: a santa simplesmente sumiu do altar da igreja. Na manhã do referido dia a paroquiana Maria dos Anjos ao chegar a igreja percebeu que a santa não estava em seu lugar de costume. Várias investigações foram realizadas, mas nunca se soube de fato o que aconteceu e nem se sabe até hoje o paradeiro da imagem. Esse assunto divide opiniões entre os munícipes até hoje na cidade.

A partir do fato relatado e dos seus conhecimentos sobre o assunto, redija um Artigo de opinião a ser publicado no Blog Passando a Limpo sobre a temática: **O “sumiço da santa”, um evento passado no qual não se deve mais mexer ou um caso a ser desvendado?**

ANEXO 2 -REPRODUÇÃO DOS TEXTOS DOS ALUNOS

Texto 1

Da escuridão a justiça (CSC)

A cidade de Serra Negra do Norte – RN, é um pequeno município localizado no interior do Rio Grande do Norte com seus habitantes muito devotos a sua religião sendo a mesma catolisísimo. Onde já teve vários acontecimentos inacreditáveis, entre ele se destaca o roubo da santa de Nossa Senhora do Ó, ocorrido em 22 de julho de 1974. E hoje com mais de 40 anos depois a população ainda tem esperança que esse mistério possa se resolver.

Levando em conta esse fato já vem perturbando e abalando nossa cidade há muito tempo. A população deseja que essa tragédia seja esclarecida, nos dias de hoje, mesmo que a santa não volte mais para a igreja. Com o mesmo pensamento também temos nosso diácono Moacyr ele diz que há não tem mais esperança ou até mesmo não acredita que isso possa se resolver. Mesmo sem esperança a população espera por justiça e esclarecimento justificáveis.

Concluimos, que nunca chegaram a fazer justiça do ocorrido até porque quem sabe ou conhece um pouco da história prefere nem tocar no assunto não sei se ´por motivo de medo ou de lembrar um passado doloroso e inacreditável.

TEXTO 2**A Santa Sumiu!**

O Roubo da Santa Nossa Senhora do Ó que aconteceu em Serra Negra do Norte e nunca foi resolvido os devotos à santa chorão ate hoje o roubo da santa e clamão por justiça.

Essa história aconteceu em 24 de agosto de 1735 quando construíram a Primeira igreja católica em Serra Negra e foram presenteadas com a santa Nossa Senhora do Ó e foi uma festa. Só que em uma bela manhã ao abrir a igreja que desespero ao perceber que a santa não estava no altar e a confusão começou. “Cadê a Santa?” A pergunta continua até hoje ninguém viu o ladrão há vários suspeitos mais nem uma prova e agora depois de muito tempo nós de Serra Negra estamos querendo a santa de volta . Eu não estou tão a fim de que a santa volte mais eu penso que quem viola a lei tem que pagar então quero achar o culpado questão de justiça , não de amor pela santa. É também de curiosidade para saber onde ela está a santa e quem roubou isso está mi matando, sou muito cursioso e por quê? O caso nunca resolvido e depois arquivado.

Isso mi leva a pensar sera que alguém de poder financeiro não quer que achemos a santa e por quê? Ele não iria querer aí isso dá uma dor de cabeça em mim só de pensar mais a solução para a dor de cabeça é resolver o mistério.

M.R.S

TEXTO 3**O incrível roubo da santa (VLFL)**

No dia 22 de julho de 1974 há 40 anos atrás a santa da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó em Serra Negra do Norte – RN, onde a santa foi roubada do altar onde ela vivia.

Esse roubo abalou toda a cidade, inclusive um trecho do hino foi acrescentado depois do ocorrido, esse trecho diz que os filhos esperam ansiosamente e com muita esperança que a santa volte para o lugar de onde ela foi roubada. A cada missa que é cantada esse hino faz reviver na memória da população o desejo de justiça.

Não só eu mais todos os serranegrenses querem que ela volte para abençoar mais ainda a cidade, eu tenho muita fé e esperança que um dia ela volte pro lugar e o único lugar que ela nunca deveria ou poderia ter saído.

Uma coisa que deveria ou poderia ser feita pra resolver esse caso é pesquisar mais culpados pelo roubo e esclarecer para a população algumas perguntas que não foram respondidas.

TEXTO 4**O roubo da santa (DKFN)**

Em Serra Negra do Norte – RN na igreja Matriz de Nossa Senhora Do Ó onde tudo era perfeito até que uma manhã de 1974 tudo mudou a santa havia sido roubada esse acontecimento chocou todos os devotos de Nossa Senhora do Ó.

Hoje, há 40 anos depois nós serranegrenses nos perguntamos onde poderia estar a santa , alguns devotos ainda tem esperança de que ela volte para a cidade de onde nunca deveria ter saído.

Na verdade o que queremos é justiça, querem a santa de volta, sentimos o desejo de justiça, esse foi mais um dos casos como muitos outros que foram injustiçados, mais fazemos de tudo para fazer justiça a todos que sofreram com o roubo da santa, como dona Maria dos Anjos que foi a primeira a verificar que a santa havia sido roubada até hoje se emociona quando tocamos no assunto.

Muitas pessoas que tinham esperança que ela volta-se mas hoje não tem mais, como depois de tanto tempo ela poderia voltar, esse é o pensamento de muitos que já não tem esperança.

TEXTO 5**A santa valiosa**

Há cerca de 41 anos, na cidade de Serra Negra do Norte – RN foi roubada a santa de Nossa Senhora do Ó , na manhã do dia 22 de julho de 1974, a santa não se encontrava lá no altar. Hoje como ocorrido não se ver falar mais nesse assunto . A santa além de representar a fé do povo de Serra Negra, era muito valiosa, pois todos dizem que ela era coberta de ouro.

Acredito que as autoridades não deveriam ter deixado de resolver esse caso, pois a santa valia muito dinheiro, e isso abalou também a fé das pessoas, muitas se tornaram evangélicas a partir do ocorrido.

Por isso para que a fé possa voltar ao povo é preciso fazer justiça e trazer a santa de volta para seu lugar na igreja.

KDN

TEXTO 6**Caso da Santa**

Vou começar agora a contar sobre um fato marcante para os devotos de Nossa Senhora do Ó Padroeira de Serra Negra do Norte – RN. Ocorrendo em 22 – 07 – 1974 o inesperado acontece a Santa de ouro foi roubada. Na chegada de Dona Maria dos Anjos na matriz para tocar o sino percebeu que a santa não estava mais lá ficou muito chocada com o fato da santa ter sido roubada e até hoje não toca no assunto por ser muito doloroso para ela.

Hoje em dia o que nos resta é o desejo que a justiça seja feita, pois não temos mais fé de que a santa possa voltar. Minha opinião é que em tantos anos depois mesmo o acontecido só tem um culpado a polícia não investiga mais o caso, mas agora nós alunos do (ABC) Arthépio Bezerra da Cunha se reunimos para falar mais sobre o caso e pedir que as autoridades voltem a persistir no caso para saber no mínimo onde ela estar se vai voltar um dia, ou descobrir quem foi e fazer justiça.

A.M.S.

TEXTO 7**O Sumiço da Santa**

Foi um ano de muitas chuvas, inundações, onde uma pequena capela fundada em 24 de agosto de 1735, por Manuel Pereira Monteiro e seus filhos. Na cidade de Serra Negra do Norte, em um ato de prestígio o tenente coronel Francisco Antônio Medeiros, mandaram trazer de Portugal a imagem de nossa senhora do ó. Em 22 de julho de 1974, houve o roubo da Santa de Nossa Senhora do Ó onde era símbolo de fé e devoção para a população.

A primeira procissão sem a santa foi de muito desgosto, tendo apenas um quadro com a foto dela em cima do Andor, a população muito triste lamentava que ela volte, par o lugar de onde ela nunca deveria ter saído.

“Nossa Senhora do Ó/ Seus filhos com ansiedade/ Estão cantando e implorando/Que volte a nossa cidade.” Esse trecho foi colocado no hino após o roubo e é como se fosse um pedido de justiça da população católica.

Até os dias de hoje não se sabe aonde a santa está, ninguém da cidade quer mais tocar no assunto. Mas todos ainda tem fé de que ela volta para nossa cidade.

Apesar de ter muita fé acredito que a santa não voltará mais para nossa cidade, mas desejo que as autoridades volte a rever esse caso e comece a investigar. Mas acho que para isso é necessário haver uma mobilização de toda a população pedindo que a justiça seja feita. Não queremos que a santa volte, pois a que está em seu lugar representa nossa fé. Queremos apenas que a justiça seja feita e que os culpados sejam punidos. Para isso precisamos de união.

SLS

TEXTO 8**Tempo perdido, porém fé intacta**

Na cidade de Serra Negra do Norte- RN, localizada no interior do RN, um evento triste marcou a cidade e comoveu regiões próximas: o roubo da santa banhada a ouro. A imagem de Nossa Senhora do Ó foi roubada em 22 de julho de 1974 onde os culpados nunca foram encontrados. Diante de tal fato, as autoridades locais não deram a real importância ao caso, deixando seus habitantes esperançosos até hoje de uma possível volta.

Na época várias pessoas foram suspeitas, porém uma foi acusada, apreendida e chegou a ser presa. No entanto, nada sobre o paradeiro da santa foi informado, parecendo mais uma forma de enrolação das autoridades para com os devotos. Um exemplo de cansaço, é a Sra. Maria de Jesus, que mesmo com toda sua fé, perdeu as esperanças de em vida ver a santa original do altar da cidade.

Diante das digitais encontradas e da percepção rápida do roubo, o furto da imagem era para ser um caso rápido e de fácil solução. Atualmente diante de mais de 40 anos acho difícil achar a santa e trazerem novamente a cidade. Chegando assim a um dos únicos culpados: as autoridades locais que não deram a merecida assistência ao caso.

Assim sendo, para os que conheceram a santa, resta apenas a lembrança, e para a juventude atual sobra as histórias e relatos sobre o caso. Mesmo com sentimentos opostos, o que une a população é a fé em Deus e em Nossa Senhora Do Ó. Afinal, a imagem não define fé de ninguém.

L.C.L.

TEXTO 9**O desaparecimento da Santa**

Em 1974, na pequena cidade de Serra Negra do Norte – RN, um evento abalou toda a população católica: A santa fora roubada.

No dia 22 de julho de 1974, dona Maria dos Anjos, foi quem deu por falta da imagem tão preciosa, relatos contam que a mesma se desesperou no momento, e logo informou ao padre e as autoridades. Hoje todos os jovens católicos querem resposta para o ocorrido. Deveria haver uma preocupação maior com o tal roubo, pessoas deveriam ser punidas, autoridades e a população em geral também eram para se empenhar nesse “mistério”.

Algo tem que ser criado imediatamente em prol de Nossa Senhora do Ó, por exemplo, uma rádio, um jornal, um blog, etc. quaisquer coisa que possa levar ao responsável por esse crime. Para alguns somente um furto, para outros o sumiço da tão sagrada imagem.

Conclui-se, se ninguém tomar providências agora, depois vai ser tarde demais, particularmente não tenho fé que a santa volte, mais o sentimento de Justiça fica dentro de todo serranegrense independente da religião pois ao roubarem a santa tiraram também um pedacinho de Serra Negra.

T.B.N.

TEXTO 10

O caso da santa

Em 22 de julho de 1974, um acontecimento marcou de uma forma muito dolorosa e chocante a pequena cidade de Serra Negra do Norte – RN, na qual a santa, padroeira da cidade fora roubada.

No período em que o acontecimento veio a tona, as pessoas se intristeceram muito, pois foi ocorrido doloroso á população, e que vevou-as a criação de um espírito de justiça. Mesmo com essa sede de justiça, as pessoas procuram não tocar muito no assunto, mas têm o desejo e anseio de que a santa volte-a.

Na época houve acusados e suspeitos, mas nada concreto que podesse levar á uma condenação.

Mesmo com toda fé e devoção dos que pôde ver a santa, e da juventude que não teve esse prazer, boa parte da população teme que ela não volte, pois mesmo diante de tantos anos após o roubo, não se sabe nenhum paradeiro de onde possa estar. Mas para quem pôde vê-la, fica a lembrança e a saudade, e para os jovens de hoje restam as histórias e a principal que é a nossa fé e devoção, indepente de qual santa esteja no altar.

H.M. F.A.